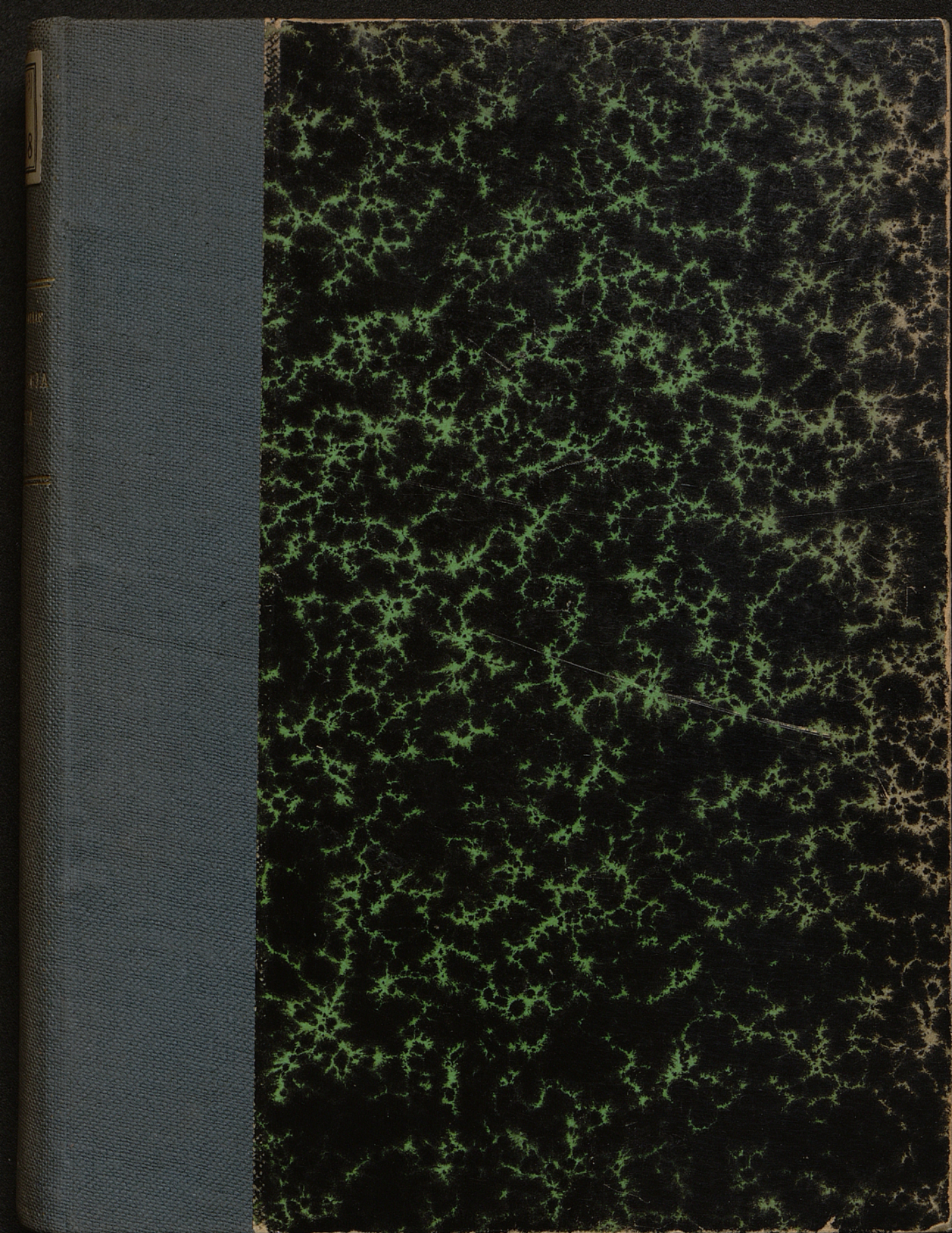
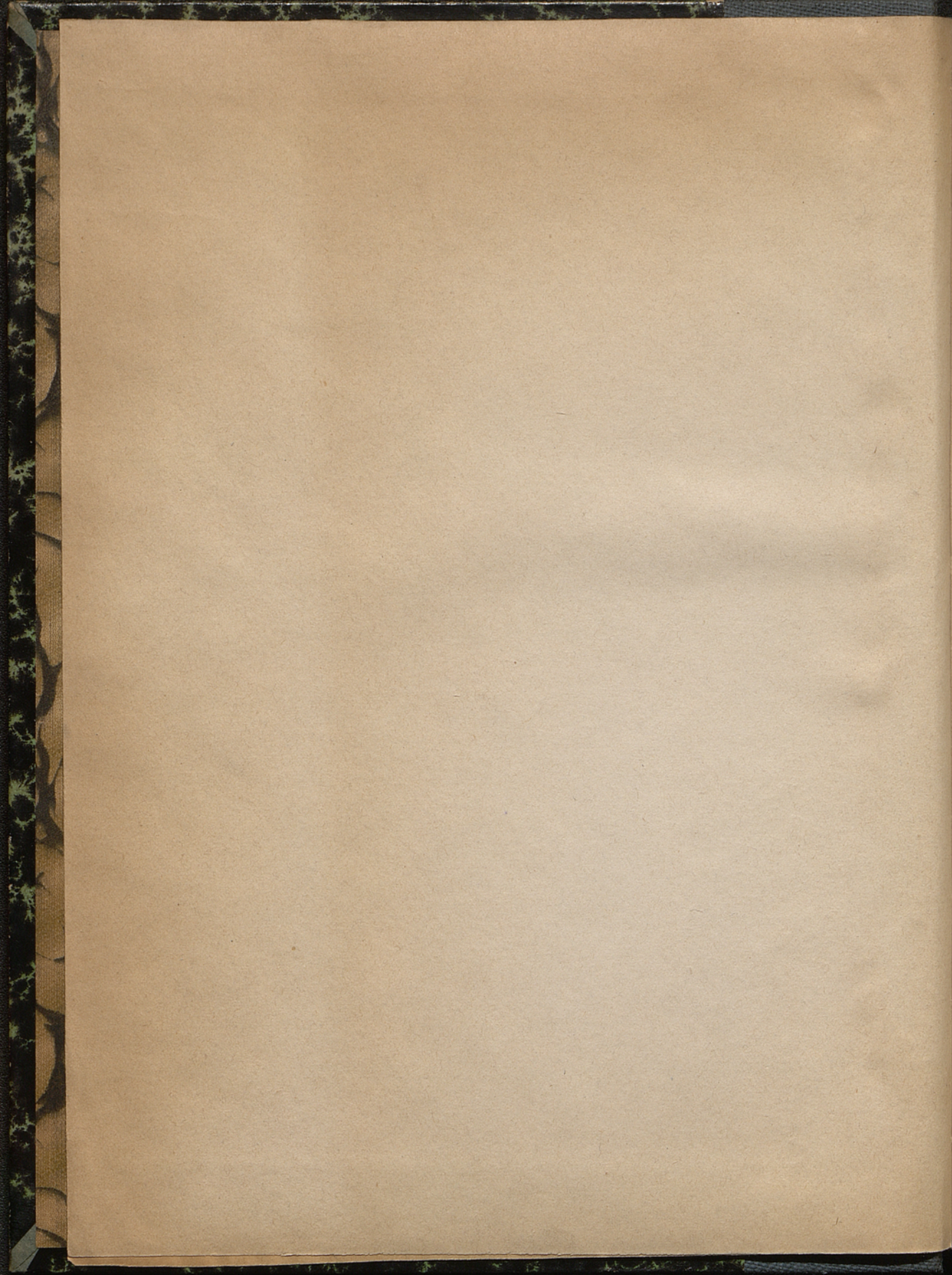
J. DE VASCONCELLOS

ARCHEOLOGIA
ARTISTICA
1

À Mr. Ferdinand Denis

off.

Tito de Noronha

Porto 23-1-73

ARCHEOLOGIA ARTISTICA

TIRAGEM, 250 EXEMPLARES

N.º 4

N.º 1—LUIZA TODI, estudo critico, de xxxii-160 pag., por Joaquim de Vasconcellos.

N.º 2—ORDENAÇÕES DO REINO.

A IMPRENSA PORTUGUEZA NO SECULO XVI

SEUS REPRESENTANTES E SUAS PRODUCÇÕES

ORDENAÇÕES DO REINO

POR

TITO DE NORONHA

PORTO

IMPRENSA PORTUGUEZA

MDCCCLXXIII

Direcção da Archeologia Artistica: — Rua de Santa Catharina n.º 526
Porto.

Recebem-se assignaturas (só até 250) nas seguintes cidades e livrarias:

Porto — Ernesto Chardron = Livraria Internacional.
Braga — Eugenio Chardron = succursal.
Coimbra — Melchiades dos Santos = Livraria Academica.
Lisboa — Carrilho Videira, rua do Arsenal.

Madrid — Medina & Navarro.
Paris — V.ve Aillaud, Guilhard & C.ie
Hamburgo — Hermann Grüning.

COLLABORADORES

Professor Emil Hübner, de Berlim.

Ferdinand Denis, de Paris.

Francisco Asenjo Barbieri, de Madrid.

Francisco Adolpho Coelho.

Tito de Noronha.

Joaquim de Vasconcellos.

ASSIGNANTES

Bibliotheca da Univerſidade	1 exp.
J. C. Robinſon	3 »
Antonio Moreira Cabral	1 »
Joſé Melchiades Ferreira Santos	2 »
Franciſco Antonio Fernandes	1 »
Dr. João Vieira Pinto	1 »
Viſconde d'Azevedo	1 »
João Carlos de Minhava Souſa e Menezes	1 »
Eduardo da Cunha Rego	1 »
Frederico Jorge de Carvalho e Mello	1 »
João Pedro Rio de Carvalho	1 »
Ignacio de Brito Rebello	1 »
Dr. Rodrigo Vellozo	1 »
Dr. Pereira Caldas	1 »
Auguſto Marques Pinto	1 »
Erneſto Chardron	5 »

ORDENAÇÕES DO REINO

EDIÇÕES DO SECULO XVI

I

INTRODUCÇÃO

Quando em 1871 publicámos o nosso trabalho — *Ordenações do Reino — edições do seculo XVI,* — precedemol-o das seguintes linhas:

«O estudo das *Ordenações* d'elrei D. Manoel sob o ponto de vista bibliographico não estava ainda feito, e mui principalmente no tocante á edição primitiva.

«O abbade Barbosa dá indicações pouco seguras e desenvolvidas: os que se lhe seguiram, não se cançaram com investigações, contentando-se com o testimunho d'elle: e todavia tractava-se de um codigo, que apezar das suas transformações, foi lei do estado por mais de tres seculos, (1) e um dos primeiros codigos das sociedades modernas.

(1) Não obscureceremos que o codigo manuelino soffreu uma transformação no tempo da dominação philippina. Em 1595 fez-se a revisão das *Ordenações,* que foram publicadas em 1603; mas em geral, o novo codigo conservou a feição caracteristica do de D. Manoel. «A falta de methodo e economia da compilação, as maximas e espirito das leis, e as materias são as mesmas, que se achavam nas *Ordenações* manuelinas» diz Coelho da Rocha do seu *Ensaio sobre a Historia do Govêrno e da Legislação em Portugal.* Depois d'essa epocha, as *Ordenações* foram successivamente alteradas por differentes leis, e na epocha moderna pela *Novissima reforma judiciaria* (21 de maio de 1841); pelo *Codigo administrativo* (18 de março de 1842); pelo *Codigo penal* (10 de novembro de 1852); e ultimamente pelo *Codigo Civil* (1 de junho de 1867).

«Brunet, no *Man. do Libr.*, referindo-ſe á edição de 1514, diz: «Recueil très rare. Nous ignorons la date de la primière édition.» no que ſe bem conhece que não vio o livro. Nos prologos das edições das *Manoelinas* pouco ſe diz que ſatisfaça para a hiſtoria typographica d'ellas. Ferreira Gordo, J. Pedro Ribeiro, e J. A. de Figueiredo eſpraiaram-ſe em hypotheſes, ſem previo exame das edições: e tão embaralhada eſtava a queſtão, que o ſr. Innocencio, tão cauteloſo e conſcienciofo inveſtigador, no artigo reſpectivo do ſeu precioſo *Dicion. Bibl.*, não logrou reſolvel-a, ſe é que tentou fazel-o.

«Ainda recentemente na *Introducção do Codigo civil ordenado alphabeticamente,* e dado á eſtampa em 1870, introducção em que ſe deſcrevem as ſucceſſivas transformações do noſſo codigo, não ſe menciona a edição das *Manuelinas* de 1514, quando é certo que eſſa compilação de Ruy Botto é um importante monumento para a hiſtoria da noſſa legislação.

«Tambem é notavel a inſiſtencia com que ſe tem dito que as *Ordenações* de D. Duarte apenas eram incompleto esbôço de legiſlação, quando é certo que o codice exiſtio na livraria d'aquelle rei, e hoje ſe encontra publicado nos *Monumenta hiſtorica.*»

O *Conimbricenſe,* fazendo a tranſcripção d'eſtas linhas, por occaſião de referir-ſe á edição de Germão Galharde, que então ſe inclinava ainda foſſe de 1526, diz: «Quem ler deſprevenidamente o prologo do ſr. Tito de Noronha póde ſer levado a crer que as ſuas inveſtigações ſão a última palavra ácerca d'eſta materia; e que o illuſtre bibliographo vem completamente corrigir tudo quanto erradamente ſe tem eſcripto com reſpeito ás differentes edições das *Ordenações* de D. Manoel.» (2)

(2) *Conimbricenſe* n.º 2475 de 15 de abril de 1871.

Effectivamente poderia inferir-se das linhas agora reproduzidas que nós estavamos persuadidos ter dito a *última palavra* sobre o assumpto; e bom foi que assim se julgasse, porque despertámos a discussão, da qual resultou conhecerem-se alguns monumentos bibliographicos, dos quaes, ou as notícias corriam confusas e incertas, ou se ignorava a sua existencia. O *Jornal do Commercio* assim o julgou, quando, em o seu n.º 5255 de 2 de maio de 1871, disse: «No entretanto o sr. Noronha faz um bom serviço suscitando estas questões bibliographicas, porque assim se vae apurando a verdade, e colhendo varios esclarecimentos para a historia da arte typographica em Portugal.»

O que é certo, porém, é que tivemos principalmente em vista averiguar o mais que nos foi possivel, e determinar a existencia das edições de que tractávamos, concluindo por então que não se tinha feito edição alguma anterior a 1514, e que a supposta de 1526 não tinha existido.

Fomos levados a negar a edição de 1512, porque não tinhamos encontrado exemplar algum, nem conheciamos indicação que affirmasse rigorosamente a authenticidade do livro, e a notícia de Barbosa Machado, por vaga, e incorrecta na designação do nome do impressor, não nos podia merecer credito. Além d'isso, a edição tinha sido contestada, não se encontrando vestigio da sua existencia. A proposito d'ella, disse o desembargador João Pedro Ribeiro, no vol. IV, pag. 332 e seguintes, nota *a*, do seu *Indice Chronologico:*

«Não é sómente um jurisconsulto do reinado do sr. D. João III que só considera duas compilações do senhor D. Manoel, designando bem expressadamente nestes dois logares a de 1514 como a primeira, e a de 1521 como a 2.ª; pois o mesmo senhor D. João III o declara coherentemente em dois logares.

«I. Na lei de 4 de fevereiro de 1534, a qual ſe acha por integra na collecção inedita de Duarte Nunes de Leão Part. IV fol. 317 do exemplar do real Archivo, e que ſe acha reſumido na Collecção impreſſa Part. VI Tit. I L. I, na qual ſe lê o ſeguinte = «Vendo eu e conſiderando como pelas Ordenações antigas feitas pelos Reis meus anteceſſores, e por ElRei meu Senhor e Padre, que ſancta gloria haja, na *primeira Compilação,* que d'ellas mandou fazer, era ordenado que as acções peſſoaes ſe preſcreveſſem por eſpaço de trinta annos, e depois meu Padre na *ſegunda Compilação,* que mandou fazer das ditas Ordenações por alguns reſpeitos, que a iſſo o moverom, determinou e pos por lei, que ſe preſcreveſſem por eſpaço de cinquo annos, ſendo as partes moradores em um logar, e ſendo em diverſos logares em uma comarqua por des annos, e en diverſas comarquas por vinte annos, etc.» Com effeito, na Affonsina, L. IV tit. 108, e Manoelina de 1514 tit. 7 in princip. ſe taxam os 30 annos para a preſcripção, e ſó na de 1521 e ſeguintes ſe faz a differença neſta lei eſpecificada, no logar parallelo, que é o tit. 80 do meſmo L. IV.

«II. O meſmo ſenhor Rei na Carta de 4 de março do meſmo anno de 1514 (L. 20 da ſua Chancellaria fol. 38) pela qual fez Doutor em Leis ao licenciado Chriſtovão Eſteves, do ſeu conſelho, e deſembargador do Paço, diz que ElRei ſeu pae tinha feito ao meſmo licenciado deſembargador da Supplicação, e juiz dos Feitos de Fazenda, e «o encarregára da *ſegunda copylaçom* das ordenações que mandára fazer, e elle fôra um dos quatro deſembargadores a que a dita copylação fôra commettida.» Ora ſendo bem certo que na compilação de 1514 trabalharam ſo tres deſembargadores, que alias ſabemos ſerem diverſos de Chriſtovão Eſteves, fica bem claro chamar-ſe naquella carta *ſegunda* compilação á de 1521, que os prelados do reino no reinado do ſenhor D. Sebaſtião attribuiam ao meſmo deſembargador, e portanto *primeira a de 1514.*

«Eſtes fundamentos me obrigam a mudar a opinião que ainda ſeguia quando o ſabio editor da Ordenação Manoelina trabalhava a Prefação, com que a meſma ſahio illuſtrada em 1797, no prelo da Univerſidade de Coimbra, ſendo até então todas as minhas obſervações tendentes a ſuſtentar uma edição anterior á de 1514, etc.»

O teſtemunho de João Pedro Ribeiro, aliás peſſoa tão ſabedora e inveſtigadora, mais rebuſteceu as noſſas dúvidas, levando-nos, ſem exfôrço, á concluſão de que não ſe tinha feito edição das *Ordenações* antes de 1514.

Em quanto á edição dita de 1526 exiſtem ainda os meſmos fundamentos para negal-a, e agora augmentados pela recente deſcoberta da edição de 1533.

Succedeu porém terem as noſſas concluſões provocado discuſſão na imprenſa, occupando-ſe do aſſumpto eſpecialmente o *Conimbricenſe* e o *Jornal do Commercio*. Por eſſa occaſião publicámos neſte último, n.º 5255 de 2 de maio de 1871, o ſeguinte:

«Tenho aſſiſtido á diſcuſſão motivada pela publicação do meu opuſculo *Ordenações do reino,—edições do ſeculo XVI*, e para que ſe não tenha por certo que deſconſidero os reparos que ſe teem feito, permitta-ſe-me que alguma couſa diga na preſente conjectura, meſmo para deſcargo da conſciencia propria, e ſatisfação da alheia.

«Tem ſido o opuſculo vulneravel:

«1.º Porque affirmei que o prologo da edição de 1514 é impreſſo a vermelho, encontrando-ſe impreſſo a preto nos exemplares da Bibliotheca de Lisboa. Reſpondo, que me referi ao exemplar exiſtente no Archivo Nacional, exemplar de luxo, impreſſo em pergaminho; e meſmo, na occaſião em que deſcrevia a, ainda para mim, primeira edição do antigo codigo, ignorava a exiſtencia de outro exemplar em logar determinado, o que aliás ſuccedeu a muitos; e o deſapparecimento do exem-

plar da Bibliotheca do Porto, e a difficuldade de encontrar outro, impoffibilitou-me por então de maiores averiguações.

«2.º Em quanto á rúbrica final do 2.º livro da edição de 1521, fervi-me, para o meu trabalho, do exemplar exiftente na Bibliotheca do Porto, exemplar que não eftá completo, e no qual fe encontra manufcripta a indicação conforme a defcrevi. Mais tarde vi outros exemplares completos, dos quaes tirei os apontamentos de que ainda carecia, e agora mefmo tenho ante os olhos um d'elles. Por defcuido, fe outro nome não tem, não confrontei a rúbrica manufcripta com a de um dos exemplares completos, do que nafceu o equivoco. Não fatisfará muito a explicação, e a mim menos, porém não tenho outra.

«3.º Neguei a exiftencia da edição de 1526. A coincidencia da data com que por notícia ella corre, com a que fe encontra na *Ordenaçam da ordem de juizo,* levou-me a acceitar a hypothefe como facto. Apparece porém uma edição differente de todas as que defcrevi, impreffa por Germão Galharde. Poderá fer de 1526, o que por ora fe não póde muito affirmar, falvo o refpeito devido a João Pedro Ribeiro.

«4.º Relativamente á edição de 1539, o exemplar da Bibliotheca de Lisboa é fingular, vifto que ha perfeita uniformidade entre os exemplares conhecidos.

«Da edição de 1565 não fe diz coifa que fe mencione.

«Emquanto á infiftencia de dizer-fe que o fr. Marquez de Vallada poffue um exemplar da edição de 1512 das *Ordenações,* permitta-fe-me que por ora perfifta nas minhas opiniões. Neftas coifas é bom fer-fe como S. Thomé, mefmo porque as fuppofições fão falliveis, e d'iffo acabo de dar prova.

«Por último, cumpre-me declarar que com fatisfação recebo as indicações, quaefquer que fejam as proveniencias; que me não perfuado ter vifto o baftante para não ver mais; e como procuro obter amplas indicações para a *Hiftoria da Imprenfa,* os reparos e aditamentos e notas que me fizerem

aos meus tão modeſtos trabalhos ſer-me-hão ſempre motivo de praſer, que aſſim enriqueço o meu peculio, e todos lucrâmos, e eu mais do que todos.—Porto 27 de abril de 1871—*Tito de Noronha.*» (3)

No dia ſeguinte appareceu no meſmo periodico a ſeguinte correſpondencia:

«Sr. Redactor.—Acabo de ler no ſeu jornal um artigo, aſſignado pelo ſr. Tito de Noronha, no qual ſou chamado á authoria. Quando o meu nome é invocado e o meu teſtemunho requerido, não heſito a vir a campo, e dizer o que ſei ſobre o aſſumpto do debate. O ſr. Tito de Noronha, inveſtigador dedicado e cultor das boas letras, tem-ſe occupado ultimamente de inveſtigar e deſcobrir alguns monumentos da patria legiſlação. Com relação ás Ordenações do ſr. rei D. Manoel, tem-ſe ſuſcitado dúvidas ſobre a edição de 1512. Nega-ſe igualmente que tal edição exiſtiſſe, e affirma-ſe ao meſmo tempo que não ha, d'eſtas *Ordenações,* edição alguma anterior á de 1514. Á primeira negativa confirmada pela ſegunda affirmativa vou eu oppôr embargos, e eſſes embargos envio-os com a devida venia aos juizes, que proferirão a ſentença.

«Eſtes embargos ſão de falſa cauſa, e provados elles pelo embargante, que ſou eu, aguardo favoravel accordão dos juizes, que ſão muitos. O relator neſte proceſſo é o ſr. Tito de Noronha, e a elle me dirijo hoje mais eſpecialmente. Servirá tambem eſta minha carta de reſpoſta a outros que, particularmente, ſobre a queſtão me conſultaram. Vou pois deſempenhar a minha miſſão com verdade e clareza.

(3) Em ſeguida referiamo-nos á exiſtencia, na Bibliotheca de Lisboa, do *Miſſale eborenſe,* impreſſo, ao que ſe diz em 1509; no fim do noſſo artigo a redação do *Jornal do Commercio* eſtranha as noſſas dúvidas. No capitulo XI tractâmos do aſſumpto.

«Poſſuo, e ſe guarda na minha livraria, uma edição das Ordenações, acabada de imprimir aos 17 dias do mez de outubro de 1512 por Valentim Fernandes Alemão, e poſſuo outra impreſſa pelo meſmo em 1513, acabada de imprimir em novembro do dito anno, e d'eſta ninguem ainda ſe occupou. É eſta edição annotada. Terei o maximo praſer em moſtrar eſta obra, não ſómente ao ſr. Tito de Noronha, mas a v., e a qualquer cavalheiro que ſe interéſſe neſtes aſſumptos.

«Na minha livraria exiſtem diverſas obras raras, e mui precioſos manuſcriptos, que eu com igual praſer franquearei aos curioſos e aos eruditos.

«Julgo dever acreſcentar mais alguma coiſa com relação ás Ordenações a que me refiro, e a que allude o ſeu jornal, quando menciona o meu nome, queſtionando-me a exiſtencia d'ellas.

«Sendo eu ainda creança, recordo-me de ter ouvido diſer a meu padraſto, o ſr. conde da Taipa, que achando-ſe na minha livraria examinando os livros que me tinham cabido em partilha no inventario a que ſe procedeu por obito de meu pae, o ſr. Marquez de Vallada D. Franciſco, encontrára eſte, entre outros, e que depois achando-ſe em companhia do ſr. Elias da Cunha Peſſoa, no club Lisbonenſe, ao Carmo, lhe fallára d'eſta collecção das Ordenações, e que o illuſtre juriſconſulto lhe diſſera que não exiſtia a collecção a que elle alludia, promettendo-lhe meu padraſto apreſentar-lh'a, o que effectivamente realiſou, ficando convencido da exiſtencia d'ella o ſr. Peſſoa, o qual depois, ſegundo creio, referio eſte facto a alguns cavalheiros ſeus amigos e collegas, e d'ahi vem ter-ſe eſpalhado a notícia, ainda que confuſamente, da exiſtencia d'eſta obra na minha livraria. Tenho-a moſtrado a alguns cavalheiros, e repito que não duvidarei apreſental-a a quem d'eſte meu offerecimento quizer aproveitar-ſe.

«Fique-ſe pois ſabendo que eu poſſuo as duas collecções, a ſaber: a do anno de 1512, e a de 1513, cuja exiſtencia muitos

negaram e eu agora affirmo, e com efta affirmativa termino efte meu arrefoado, confeffando-me—De v. etc.—Junqueira, 2 de maio de 1871.—*Marquez de Vallada.*» (4)

Quem lêffe eftas linhas do obfequiofo Marquez de Vallada perfuadir-fe-hia que fe tractava de duas edições anteriores á de 1514, e tanto era effa a natural impreffão, que o *Jornal do Commercio* accrefcentou á correfpondencia o feguinte:

«Não é licito duvidar da exiftencia das duas edições, 1512 e 1513, em face das affirmativas e indicações do fr. Marquez de Vallada.

«Uma coifa, porém, vae pôr em grande embaraço os bibliographos; fallava-fe da edição de 1512, muitos affirmavam a fua exiftencia, como Barbofa Machado, *Demetrio Moderno,* Jofé Anaftacio de Figueiredo; mas da edição de 1513 (5) nada fe dizia, acrefcendo que na edição de 1514 fe declara fer a *fegunda impreffão,* o que fervia de prova provada da exiftencia da edição de 1512 aos que acreditavam nas indicações de Barbofa e outros.

«Portanto a edição de 1514 deve fer a terceira impreffão, a não acontecer que a edição de 1512 feja differente da de 1513, e a de 1514 reproducção de alguma d'ellas.

«Agradecemos ao fr. Marquez de Vallada o feu offerecimento de preftar aquelles livros para ferem examinados, affim como as demais preciofidades bibliographicas que poffue. É acto proprio de quem préfa e cultiva com amor as letras, como o fr. Marquez, que todos fabem fer dado a eftudos litterarios.»

É certo porém que o fr. Marquez, longe de poffuir duas edições das *Ordenações,* impreffa uma em 1512 e outra em

(4) *Jornal do Commercio* n.º 5256 de 3 de maio de 1871.
(5) Veja-fe a nota 14.

1513, como ſe perſuadio o *Jornal do Commercio,* apenas poſſue dois livros das *Ordenações* anteriores á de 1514.

Em todo o caſo, o ſaber-ſe da exiſtencia d'aquelles livros, veio dar nova luz á queſtão, e moſtrar que os bibliographos não ſouberam ou não poderam tractar o aſſumpto, ſendo inexacto o que até então ſe diſſe.

Acreſcendo, além d'iſſo, ter-ſe encontrado uma outra edição, tambem deſconhecida, julgâmo-nos obrigado a reformar o noſſo anterior trabalho, dando-lhe agora mais amplas proporções, tractando tambem dos aſſumptos que com elle têem relação, ou que accidentalmente ſeja conveniente apreciar.

Já anteriormente nos tinhamos referido ao exemplar que ſe hoje ſabe poſſuir o ſr. Marquez de Vallada, e por eſſa occaſião eſcrevemos algumas linhas, que agora reproduzimos, ractificando e ampliando algumas indicações bibliographicas:

«No *Diario de Noticias* de Lisboa, n.º 1794, de 28 de dezembro de 1870, num artigo em que ſe deſcreve «A nova capella e palacio dos Marquezes de Vallada, á Junqueira» fallando-ſe do palacio, diz-ſe, entre outras coiſas — «No pavimento inferior eſtá a ſala de jantar, e depois a livraria, que dizem ſer talvez a melhor bibliotheca particular; ahi ſe encontram... *A edição, de que ha ſó um exemplar, das leis de D. Manoel,* e muitas outras obras latinas, etc.» —

«Pareceu-nos, á primeira leitura, que o articuliſta ſe referia a alguma edição das Ordenações, e nem fôra para admirar que na ſelecta livraria *onde ſe encontram livros rariſſimos,* eſtiveſſe algum exemplar do codigo de D. Manoel, e até da primeira edição. A notícia, porém, de que era exemplar unico, deſpertou-nos a attenção.

«As leis de D. Manoel, impreſſas em tempo d'elle, além das *Ordenações,* e de que havemos notícia, ſão:

«1.º — *Regimento dos officiaes das cidades,* etc. Lisboa

1504, por Valentim Fernandes. Possue um exemplar o sr. Visconde d'Azevedo.

«2.º—*Artigos porque se ham de arrecadar as syzas*—Lisboa 1512, por Herman de Kempis. Existe, ou existio, um exemplar no Archivo Nacional, e vimos outro, que possue o sr. Visconde d'Azevedo.

«3.º—*Regimento dos Contadores das comarcas*—Lisboa 1514, por João Pedro Bonhomini. Existem exemplares nas Bibliothecas de Lisboa, Porto e Evora, e vimos outro exemplar, que pertence ao sr. dr. João Vieira Pinto.

«4.º—*Regimento e ordenações de fazenda*—Lisboa 1516, por Herman de Kempis. Bibliothecas de Lisboa e Evora. O sr. dr. Rodrigues de Gusmão, de Portalegre, tambem possue um exemplar, e vimos outro, que pertence ao sr. Visconde d'Azevedo.

«5.º—*Ordenações da India*—datadas de Evora, 1520. Ha um exemplar na Bibliotheca pública de Lisboa.

«Não é, porém, segundo nos informam, nenhuma d'estas leis de D. Manoel a de que existe exemplar *único* na livraria do ex.^mo Marquez de Vallada. O exemplar raro que se encontra ahi é o das *Leys e provisões qve elrey Dom Sebastiã fez depois qve começou a governar*, impressas em Lisboa por Francisco Correa, e que se reimpremiram em Coimbra em 1816.»

Vê-se porém que o sr. Marquez só teve conhecimento da questão pelo artigo publicado no *Jornal do Commercio*, o que todavia foi um famoso ensejo, visto que provocou a resposta e offerecimento de s. ex.ª

Occorre-nos a proposito esclarecer um ponto obscuro da nossa bibliographia. José Anastacio de Figueiredo, na *Synopsis Chronologica*, tractando do *Regimento dos contadores das comarcas*, de 1514, diz que fôra impresso por Luiz Rodrigues, e nesse anno; e acrescentando, a pag. 195 «com rasão

me perſuadi que me devia demorar mais (na deſcripção do *Regimento)* para de algum modo ſupprir a ſumma raridade em que hoje ſe acha, *não ſendo mais reimpreſſo,* » o que deu motivo a reparo do ſr. Innocencio, que no vol. VII pag. 57 do ſeu precioſo *Diccion. Bibl.* diz, fallando do livro: «Joſe Anaſtacio de Figueiredo... attribue eſta edição de 1514 ao impreſſor Luiz Rodrigues. Parece que houve niſto lapſo de penna, viſto que dos prelos d'eſte habil typographo não ſe conhece obra alguma de data anterior a 1539.»

Succede porém que podêmos affirmar a exiſtencia de um exemplar do *Regimento de como os contadores etc.*, impreſſo por Luiz Rodrigues. Poſſue-o hoje o ſr. Viſconde de Azevedo, e detidamente o examinámos. É reproducção do de 1514, até no roſto, onde ſe repete «por eſpecial mandado de ſua Alteza Johã Pedro de Bonhomini de Cremona ho mandou empremir. Com priuilegio» mas no recto da última folha traz o *colophon* de Luiz Rodrigues, que é—um tronco de arvore, com uma ſerpe apoiada no topo e a cauda enroſcada; a meio do tronco deſdobra-ſe uma fita, em que ſe lê—*Salvs vitæ,* e ſuſpenſo de um galho ha um quadro, com o nome do impreſſor—*Lvdvvicvs Rvdvrici*—A edição differe da antecedente no typo, que é mais miudo, e nas dimenſões das paginas, que ſão mais eſtreitas e curtas. Alem d'iſſo, a gravura do roſto é tambem differente. A reimpreſſão talvez foſſe feita em 1539, anno em que tambem ſe reimprimiram as *Ordenações*. Luiz Rodrigues, que antecedentemente fôra livreiro, teve prelos deſde 1539 a 1554.

II

ORIGENS

Nas primeiras epochas da monarchia, não houve codigo geral por que ſe adminiſtraſſe juſtiça. Os *coſtumes* locaes validava-os o *Foral;* os nobres creavam-ſe iſenções; o clero cercava-ſe de regalias; o podêr real cogitava ſortalecer-ſe, publicando leis avulſas, que nem ſempre eram de bom grado acceites, principalmente ſe contrariavam as immunidades locaes, ou tendiam a diminuir os privilegios da clerezia.

Largos annos andou o reino revôlto; as deſordens inteſtinas, e as guerras com eſtranhos, mal permittiam que ſe codificaſſem leis, naſcidas em occaſiões anormaes, e que ás vezes um *coſtume* levava a abrogar.

Depois de Aljubarrota preciſo foi conſolidar o podêr real, e D. João I commetteu a unificação das leis ao corregedor de ſua côrte o doctor João Mendes, (6) ao qual ſuccedeu no encargo da codificação, no reinado ſeguinte, o doctor Ruy Fernandes, do conſelho d'el-rei, que reuniu as leis diſperſas.

(6) Soares da Silva, *Mem. de D. João I,* p. 267, penſa que D. João commettêra a compilação a João das Regras, que tão bons ſerviços preſtára ao meſtre d'Aviz nas côrtes de Coimbra.

O prefacio das *Ord. Man.*, edição de Coimbra 1797 pag. x, referindo-ſe a eſte juriſconſulto, chama-lhe «João d'Aregas» citando-ſe ahi a *Bibl. Lusit.*, pag. 712, vol. II. — A citação é infiel. João das Regras vem mencionado a pag. 733 vol. II, e neſſe logar diz Barboſa que o doctor romaniſta ordenára em um volume as leis d'eſtes reinos, que andavam diſperſas, e lhes junctára as leis do codigo do imperador Juſtiniano, com interpretações de Bartholo e Accurſio, etc.; na introducção, porém, da compilação, apenas ſe menciona o corregedor João Mendes. «No tempo que o mui alto e mui eixellente princepy el Rei Dom Joham... reynou em eſtes Reynos,... commetteu a reformaçam e compilaçom dellas a Johane Meendes cavalleiro e corregedor em a ſua côrte, e nom forõ acabadas em ſeus dias por alguns empachos que ſe ſeguirom.»

Eſte primeiro codice das noſſas leis, em que «ſe deſcobre a intenção de approximar umas das outras as leis e providencias avulſas relativas ao meſmo objecto, mas ſem confundir a legiſlação dos diverſos reinados» (7) começa pela legiſlação das côrtes de 1211, numerando ſucceſſivamente 27 conſtituições das meſmas côrtes; ſegue-ſe-lhe a legiſlação de D. Affonſo II, D. Diniz, e D. Duarte.

Eſta compilação, hoje publicada nos *Monumenta hiſtorica*, fazia parte da livraria de el-rei D. Duarte, ſob o titulo de *Ordenações dos Reis*, (8) apeſar que Leão parece têl-a deſconhecido, quando diz na *Chronica de D. Duarte* cap. III — «... e como ſeu cuidado era ſobre todos o da juſtiça, como obrigação principal dos Reys, mandou abreviar as ordenações do Reyno, e reformal-as, o que ſe não acabou em ſeu tempo, por os poucos annos que reynou» o que ſe não coaduna com o preambulo das *Ordenações Affonſinas*, onde ſe diz que el-rei D. Duarte, por fallecimento do corregedor João Mendes «as encommendou ao doutor Ruy Fernandes... e depois que pelo doutor foi *compilada*» etc.

Por morte de el-rei D. Duarte, governando o reino na menoridade de D. Affonſo V o infante D. Pedro, ordenou o regente «que as ditas Hordenações e Compilaçom foſſem reviſtas e examinadas por elle dito Doutor (Ruy Fernandes), e per o Doutor Lopo Vaaſques, Corregedor da Cidade de Lixboa, e per Luiz Martins, e Fernão Rodrigues, do deſembargo do dito ſenhor Rey» (9).

(7) *Monumenta Hiſtorica* pag. 154 (faſciculo 2.º).

(8) Veja-ſe Souſa, *Provas da Hiſt. Genealog.* vol. I, pag. 544-545 — Memoria dos livros do uſo de el rey D. Duarte, a qual eſtá no livro antigo da livraria da Cartuxa de Evora, d'onde a fez copiar o Conde da Ereceira D. Franciſco Xavier de Menezes — é a 48.ª obra deſcripta das 83 que ahi veem catalogadas.

(9) *Orden. Affons.* preambulo do liv. I. As *Ordenações Affonſinas* apenas foram publicadas em Coimbra, em 1792, como ſubſidio e para eſtudo do curſo de Direito da Univerſidade.

Eſta compilação começou a vigorar em 1446, e foi provavelmente lei geral do eſtado até aos primeiros annos do reinado de D. Manoel, reinado aliás fertil em leis que alteram e reformam a legiſlação. Haja viſta ao que diz Damião de Goes, *Chronica de Dom Manoel,* part. IV, cap. 86: «Mandou por homẽs doctos do ſeu cõſelho viſitar, & reuer os cinco liuros das ordenações, que el Rei dõ Afonſo quinto, ſeu tio fez *reformar,* ſendo regente o Infante dõ Pedro ſeu tio, por elle ſer de menor idade, nas quaes mãdou diminuir, & acrecentar aquillo que pareceo neceſſario pera bõ regimẽto do reyno, & ordẽ de juſtiça no que ſe trabalhou muito, & tanto tẽpo q̃ foi a mor parte de todo o q̃ elle reynou.»

Começou a reforma em 1505 «El-rey D. Emanuel... começou neſte anno de mil, & quinhẽtos, & cinco hum negocio de muito trabalho, que foi mandar reformar as ordenações antiguas do reyno, e acrecentar nellas algũas couſas que lhe pareceram neceſſarias» (10) e tão intereſſado eſtava el-rei na reforma, que em carta regia eſcripta em Almeirim a 9 de fevereiro de 1506 diz: «Chanceler moor Ruy Boto e lecd° Ruy da grãa amigos e Bacharel João cotrim corregedor dos feitos çiuis em noſſa corte, hauemos por bem que nas ordenações de noſſos rregnos ẽ que ora por noſſo mandado ẽtendes... as quaes deſejamos muito vermos acabadas, e encommendamouos muito a concluſão diſſo.» (11) Os legiſladores, porém, ſó tarde concluiram a tarefa. Muitas eram as eſpecies novas a introduzir no codigo, o qual neceſſariamente ſe modificava á proporção que novas leis ſe promulgavam; e apeſar meſmo de ſe tomar por baſe o codigo Affonſino, em quanto á diviſão geral d'elle, fizeram-ſe importantes alterações, ſendo a principal talvez a eliminação da legiſlação reſpectiva á tolerancia dos judeus, os quaes D. Manoel por alvará de dezembro de

(10) Goes, *Chron. de D. Manoel* pag. 1, cap. 94.
(11) Leão, *Comp. de Leis,* part. 1, fol. 30, v.

1496 expulſára do reino, o que aliás foi um grande êrro politico, (12) além de ſer um acto barbaro.

Preparada a compilação, deu-ſe preſſa el-rei de a mandar imprimir, como o mais ſeguro e rapido meio de a publicar; e regeu-ſe o reino pelo novo codigo até 1521, em que ſe deu á eſtampa as *Ordenações,* que foram lei do eſtado até á publicação das *Philippinas,* (1603) determinando por aquella occaſião D. Manoel que ſe *rompeſſem* todos os exemplares das *Ordenações* antecedentes, como ſe vê da carta regia ſeguinte:

« Corregedor Paees Dias. Nos El Rey vos enviamos muito ſaudar. Por aver muitas Extravagantes fora da copilação dos ſymquo livros das hordenações que eram ymprimidos e aſy algũas couſas duvidoſas que quizemos dar cõ determinaçam e decraraçam por aſy cumprir ao bom regimento de noſſos ſuditos, e a noſo ſervyço a reformamos ora e mandamos empremir, as quaes ſe acabaram a 11 dias de Março deſta preſente era de 521. Pelo qual vos mandamos que daquy por diante julgees por elas e nam pelas outras, que dantes eram empremidas, e aſy o façaes notificar em todas as Cedades,

(12) Entre os judeus expulſos contavam-ſe homens notaveis pelo talento e muitos pelos haveres. Sahidos do reino, levaram para a Italia, Hollanda e Allemanha as ſuas fortunas e a ſua induſtria; e ainda hoje alguns notaveis capitaliſtas do eſtrangeiro deſcendem d'aquelles homens que D. Manoel, mais fanatico do que politico, não ſoube ou não quiz apreciar.

A propoſito, tranſcrevemos do vol. 1 do *Panorama*, pag. 20-21, parte de um artigo, que tem por titulo — *Os Judeus em Portugal* — diz aſſim: « Eſte principe (D. Manoel) no começo do ſeu govêrno, moſtrou-ſe generoſo com os judeus heſpanhoes, que eſtavam captivos em Portugal, libertando-os, e dando-lhes licença para ſahirem do reino; mas breve mudou de procedimento, e deixou, pelo que d'ahi a pouco teve com os judeus em geral, a mais negra pagina das muitas d'eſta côr, que ha em ſua hiſtoria.»

Para ſe melhor apreciar a fórma por que D. Manoel ſe houve para com os judeus, tranſcrevemos das *Ordenações*, tit. xli do Livr. 1 (edição de 1521) uma parte da lei de dezembro de 1496, alli encorporada, que ſe refere á expulſão d'aquelles infelizes: «... determinamos e mandamos: que da pubricaçam deſta noſſa ley e determinaçã ate por todo o mes doutubro: do ano de mill e quatrocentos e noventa e ſete: todos os judeus: e mouros forros: que em noſſos reynos ouver: ſe ſayam fora deles, ſob pena de *morte* natural: e perder as ſazedas: pera que os acuſar. etc.»

Vilas e Lugares de voſa coreiçam, noteficando-lhe o que por eſta noſſa Carta mandamos, e aſy que dentro de tres meſes qualquer peſoa que tever as hordenações da impreſſam velha a rompa a desfaça de maneira que nam ſe poſa lêr ſob pena de pagar qualquer peſoa, a quẽ forem achadas paſado o dito tempo e as tever, cem cruzados ametade para quem os acuſar e a outra metade para os cativos e mais ſer degredado por dous ãnos para além—e mandareis iſo meſmo ás camaras de cada hũa das Cedades, Vilas e Lugares deſa coreiçam que as mandem comprar dentro de tres mezes da provicaçam deſta e as tenham na camara para ſaberem o que compre a bom regimento da Cedade, Vila ou Lugar homde eſtiverem, e aſy avemos por bem que todo o procurador que nom tever as ditas hordenações, e as não ouver demtro de tres mezes seja privado do officio, e o nom poſa mais aver, porem mandamoſvos e encomendamoſvos que com muitą deligencia façais hir cartas cõ ho trelado deſta noſa carta para toda eſa comarqua de maneira que a todos ſeja notorio para ſaberem, e comprirem o que aſſy mandamos. Eſcrita em Lisboa a 15 dias de março Diogo Ferreira a fez de 1521.» (13)

O codigo affonſino e ſeguintes ſão divididos em cinco livros, á imitação das *Decretaes* de Gregorio IX, e ſubdivididos em capitulos, dos quaes damos a ſumma:

	AFFONSINA		MANOELINA				
	edição moderna		edição de 1512-13		edição de 1514		edição de 1521
Livro primeiro, titulos	72	—	61	—	61	—	78
Livro ſegundo »	123	—	49	—	49	—	50
Livro terceiro »	128	—	»	—	111	—	90
Livro quarto »	112	—	»	—	78	—	82
Livro quinto »	121	—	»	—	110	—	113
	556				409		413

(13) Livro I do Regimento da Camara de Beja.—Cópia de D. frei Manuel do Cenaculo, e publicada pelo ſr. Auguſto Filippe Simões em o n.º 4 do *Amigo do eſtudo,*—Coimbra, 1867.

A codificação de D. Duarte, completa, mas sem grande relação com as posteriores, como é natural não tivesse, não póde entrar no quadro comparativo, porque não está dividida por livros e capitulos. Os especialistas, porém, podem aprecial-a nos *Monumenta historica*.

O abbade de Sever, attribuindo a compilação das *Ordenações* a João das Regras, diz na *Bibliotheca Luz.*, vol. II (publicado em 1747), pag. 733:

«João das Regras:—Ordenou em um vol. as leis destes reinos que andavam dispersas, e lhes juntou as leis do Codigo do Imperador Justiniano com interpretação de Bartolo e Accursio... Desta collecção das leis feita por João das Regras se formou o Directorio pelo qual se julgavam as causas civeis e crimes, até que chegando o anno de 1512 saíu impresso com o titulo:

«*Ordenações do reino de Portugal*, Lisboa, por João de Kempis, fol.—2.ª vez novamente corrigidas, Lisboa, João Pedro Bonhonimi 1514...—3.ª, Evora, Jacob Cronberger 1521—Lisboa, Germão Galhard 1526—Sevilha 1539—Lisboa, Manoel João 1565.»

Esta opinião foi, sem analyse e sem crítica, seguida e ampliada pelo auctor do *Demetrio moderno, ou o bibliografo juridico portuguez*, Lisboa 1780, que a pag. 41 diz o seguinte:

«VII. Todas as Leis, Alvarás, Edictos, Decretos, e Cartas Regias de todos os Senhores Reys, que succederão ao Senhor D. Affonso II. até o Senhor D. João I., no Reynado do qual no anno de 1425. compoz, e ordenou o Doutor João das Regras em hum volume todas as Leis deste Reyno, que andavão dispersas, e desseminadas, ás quaes lhe ajuntou as Leis do Codigo de Justiniano com as Interpretações de Bartolo seu Mestre; de cuja Collecção de Leis se formou então o Directorio, pelo qual se julgavão as causas Civeis, e Criminaes, até que no

anno de 1512 ſahio impreſſo com o titulo de Ordenações do Reyno de Portugal, vulgarmente conhecidas por eſte nome.»

As indicações dadas pelo *Demetrio moderno* relativas ás edições do codigo manuelino não ſão mais amplas, nem illucidam mais do que as de Barboſa, como ſe póde vêr: lê-ſe no citado *Demetrio*, pag. 48-49:

«Finalmente depois do Senhor Rey D. Manoel compilar as ſuas Ordenações, de que Ruy Botto corrigio, e emendou os dois primeiros Livros, he neceſſario notar que ſe fizeraõ muitas, e differentes Ediçőes, das quaes a principal, e a primeira ſe fez no anno de 1513. Lisboa, por João de Kempis, fol. Depois ſahiraõ ſegunda vez corregidas em letra gothica no anno de 1514. por João Pedro Bonhomini, fol. Deſta Edição ſe fez tambem outra com alguns aditamentos no anno de 1521. em Evora por Jacob Cromberger Alemaõ: fol. Outra Edicção ſe fez tambem em Lisboa por Germaõ Galharde em 27. de Julho de 1526. fol. e outras Edicções emfim ſe fizeraõ em Sevilha por João Comberger pelo Alvará de 17. de Junho de 1533. fol. expedido a favor de Luis Rodrigues Livreiro para as poder imprimir: e ultimamente ſe imprimiraõ, e eſtamparaõ no anno de 1565, até que no de 1602 ſe publicaraõ as de Philippe III.»

E mais não diz relativamente ás edições anteriores a 1603, em todo o corpo da obra; do que ſe póde inferir que ſe aproveitou do que diſſe Barboſa, ſem prévio exame das edições de que tracta.

Vê-ſe pois que o *Demetrio moderno*, apeſar de prometter no roſto *uma breve diſſertação hiſtorica e critica* e *uma clara e deſtincta idéa de todas as precioſas reliquias e authenticos monumentos antigos e modernos da Legiſlação portugueſa*, deſconheu as origens das *Ordenações manuelinas;* e em quanto ás ſuas edições, deu indicações pouco ſeguras, e até contradi-

*

ctorias, dizendo a pag. 41 que o codigo sahíra pela primeira vez impresso em 1512; e a pag. 48, que a primeira edição se fizera em 1513. (14)

III

EDIÇÃO DE 1512-1513

Por largos annos se tem discutido a existencia de uma edição das *Ordenações* anterior á de 1514. Tem-na affirmado uns, negado outros, e d'estes últimos fomos nós; uns e outros procuraram boas rasões para robustecer a sua opinião, faltando apparecer exemplar que auctorisasse as affirmativas dos primeiros, e convencesse os segundos.

Felizmente o sr. Marquez de Vallada, chamado á auctoria, publicou a correspondencia, que transcrevemos (pag. 7), concorrendo efficazmente para esclarecer o problema bibliographico, que por tantos annos esteve insoluvel.

(14) Notaremos que no *Jornal do Commercio*, n.º 5256 de 3 de maio de 1871, depois da correspondencia do sr. Marquez de Vallada, se lê o seguinte, que já transcrevemos a pag. 9:

«Uma coisa, porém, vae pôr em grande embaraço os bibliographos; fallava-se da edição de 1512, muitos affirmavam a sua existencia, como Barbosa Machado, o *Demetrio moderno*, José Anastacio de Figueiredo; *mas da edição de 1513 nada se dizia*, etc.»

Ora justamente no *Demetrio moderno*, a que o auctor da observação transcripta attribue auctoridade, tendo-o já citado em o n.º 5250, se encontra a data de 1513 como a de uma edição das *Ordenações*.

José Anastacio de Figueiredo, na *Synopsis chron.*, pag. 258, tambem diz: «Em consequencia portanto de tudo o referido, e apontado, fica claro e certo que principiando-se a ordenar a compilação de que fallâmos em 1505, como diz e affirma Damião de Goes, e se devem entender os outros auctores, se concluio e imprimio a primeira vez em 1512, ou em 1513 (pelos principios).» Na pag. seguinte novamente se refere a uma edição de 1513.

Exiſte, pois, uma edição, incompleta, feita antes de 1514, e guarda-a hoje o ſr. Marquez de Vallada. Como não tivemos opportunidade de examinar o exemplar, aproveitâmos a descripção d'elle, feita no *Jornal do Commercio*, n.º 5271 de 21 de maio de 1871:

«No frontespicio vê-ſe na metade ſuperior da folha do lado direito o braſão real, com o timbre do dragão, e do lado esquerdo a eſphera ſobre uma peanha, e uma facha enlaçada neſta, e por baixo da eſphera lê-ſe o ſeguinte:

«—A deviſa del Rey Dom Emanuel 1.º, primeiro d'eſte «nome. E o xiiij em a dignidade real.—

«Uma tarja cérca as gravuras por tres lados.

«Em baixo em letra maiuſcula:

«—O PRIMEIRO DAS ORDENAÇÕES—

«No verſo começa a taboada, que abranje duas paginas e meia, e indíca que o livro tem 61 titulos.

«A primeira pagina do texto é tarjada.

«O princípio, em letra encarnada, é identico ao princípio da edição de 1514, e por iſſo achâmos eſcuſado reproduzil-o.

«A primeira letra eſtá numa grande vinheta encarnada.

«A ſubſcripção diz aſſim:

«—Acabouſe de empremer o primeiro livro das ordenações, corregido e emendado per o doctor Ruy Botto do conſelho del Rey noſſo Senhor, e chançeller mvor d'eſtes reynos e ſenhorios, per autoridade e privilegio de ſua alteza. Em Lisboa per Valentym fernandez allemaão. Aos xvij dias de deſembro De mil e quinhentos e doze annos.—

«Tem 129 folhas.

«No frontespicio do 2.º livro, na metade ſuperior, do lado direito, o eſcudo real, e do eſquerdo a eſphera, como no 1.º livro, mas nenhuma tarja ou vinheta.

«Por baixo:

«—O ſegundo livro das ordenações.—

«Segue no verſo a taboada, em tres paginas, e indíca 49 titulos.

«A primeira pagina do texto é tarjada.

«O principio é do meſmo modo identico ao da edição de 1514, inutil é pois tranſcrevel-o.

«A ſubſcripção diz aſſim:

«—Acabouſe de empremir ho ſegundo livro das ordenações, corregido e emendado per ho doctor Ruy Boto, chançaller moor deſtes reynos e ſenhorios, per mandado, auctoridade e prevelegio del rey dom Manuel noſſo ſenhor, em Lysboa per Valentym fernandez alemã, aos xix dias de novembro de mil quinhentos e xiij anos. Anno xviij do ſeu reynado.—

«Tem 65 folhas.»

Vê-ſe, pois, que não ſão duas edições, feitas em annos differentes, mas ſimpleſmente dois livros da edição das *Ordenações,* impreſſo um em 1512 e outro no anno ſeguinte.

Seria a edição completada por Valentim Fernandes? occorre fazer-ſe a pergunta, viſto parecer pouco plauſivel que o impreſſor deixaſſe incompleta a obra: mas ſe attendermos á ordem por que foram impreſſos os livros da edição de 1514, talvez ſe poſſa affirmar que Valentim Fernandes não imprimio mais do que os dois livros que ſe agora conhecem, ſendo João Pedro Bonhomini encarregado de imprimir os livros 3.º, 4.º e 5.º para completar a edição, reimprimindo mais tarde os livros 1.º e 2.º para tornar a edição mais conforme.

Valentim Fernandes terminou a impreſſão do 1.º livro em....	17 de dezembro de 1512
a do 2.º em..................	19 de novembro de 1513
Bonhomini a do 3.º livro em...	11 de março de 1514
a do 4.º em	14 de março de 1514
a do 5.º em	18 de maio de 1514

Ha, pois, uma ordem natural e chronologica na impreſſão dos 5 livros feita por Valentim e Bonhomini; e ſó paſſados cinco mezes é que eſte último, provavelmente para completar a ſua edição, ou introduzir eſpecies novas no codigo, é que reimprimio o 1.º livro, em 30 de outubro de 1514, e o 2.º em 15 de dezembro d'eſſe anno.

Attenta a lentidão com que Valentim fazia a impreſſão do codigo, ou por não a podêr concluir, era natural que ſe encomendaſſe a concluſão d'ella a outro impreſſor, o que ſe póde inferir do alvará de 24 de outubro de 1513, (15) no qual ſe diz «*certos liuros* das noſſas hordenaçoões» o que parece referir-ſe a determinados livros, iſto é, ao 3.º, 4.º e 5.º, e não aos livros todos.

Além d'iſto, Bonhomini recebeu para fazer a edição dos *certos livros* das *Ordenações*—*dez duzias*—(16) de pergaminhos, iſto é, 120 folhas, das quaes dariam cada uma duas de impreſſão, ou 240, numero aproximado das dos livros 3.º, 4.º e 5.º, que ſão 229. Se os pergaminhos foſſem para a edição toda, ſeriam preciſos 18 duzias, ou apenas 9, ſe o pergaminho foſſe de grandes dimenſões, o que não nos parece provavel.

Não deverá parecer eſtranho que a primeira edição das *Ordenações* ſe fizeſſe em differentes annos, e foſſe impreſſo por diverſos impreſſores. A eſſe reſpeito, lê-ſe nos *Eſtatutos da Univerſidade de Coimbra,* Lisboa 1772, Liv. II pag. 360:

«Tractará da Compilação do Senhor Rei D. Duarte, por ordem chronologica; da compilação do Senhor Rei D. Affonſo V organiſada por ordem ſynthetica; da compilação ſyſtematica do Senhor Rei D. Manoel, *da qual ſe publicaram dous livros* no anno de 1513, e os últimos no de 1521.»

(15) Vae tranſcripto no cap. VI, pag. 48.
(16) Vej. o recibo, cap. VI, pag. cit.

A *Juncta de Providencia litteraria*, creada por D. José I, sob os auspicios do seu extraordinario ministro, o Marquez de Pombal, desconheceo a edição de 1514; mas, ainda assim, o dizer-se que os primeiros dois livros foram publicados no anno de 1513 (17) e os outros posteriormente a essa data, poderá ser a manifestação escripta, com o caracter official, da presumpção que a 1.ª edição das *Ordenações* foi feita em periodos differentes por diversos impressores.

A diversidade de opiniões manifesta exuberantemente que se não podia, e effectivamente não poude, determinar rigorosamente a data da 1.ª edição das *Ordenações*; e agora, conhecida a existencia dos dois primeiros livros, impressos por Valentim Fernandes, e vistas as datas dos livros 3.º, 4.º e 5.º, da edição de Bonhomini, que se seguem chronologicamente áquelles, parece que Bonhomini, primeiramente, completou a edição interrompida por Valentim Fernandes, e depois reimprimio os livros 1.º e 2.º

Verdade seja que não só nos livros 3.º, 4.º e 5.º da edição de Bonhomini se diz «segunda edição» mas tambem nos 1.º e 2.º, impressos depois, o que presume que foram effectivamente reimpressos. Mas, todas as pessoas medianamente conhecedoras das edições quinhentistas sabem que os impressores não eram de grande puritanismo de linguagem, o que não admira, tractando-se de estrangeiros principalmente, como o foi Bonhomini (milanez), e Valentim Fernandes (allemão).

Temos pois como certo, salvo o apparecimento de exemplar que testefique o contrário, que Valentim Fernandes apenas imprimio os dois primeiros livros das *Ordenações*, tendo a edição sido completada por Bonhomini, o que aliás justifica a sem-rasão d'este último ter impresso os livros 1.º e 2.º muito posteriormente aos tres últimos.

(17) Mais outra auctoridade, que se refere á edição de 1513, apesar do que se lê no *Jornal do Commercio* «mas da edição de 1513 nada se dizia.»

IV

VALENTIM FERNANDES

Eſte notavel impreſſor era allemão, como elle meſmo o declara em algumas das poucas edições que d'elle conhecemos. A ſeu reſpeito encontrâmos algumas notícias no prologo de uma obra importante, que Richard Henry Major publicou em Londres em 1868—*The Life of Prince Henry of Portugal ſurnamed the Navegator*, notícias que por curioſas tranſcrevemos:

«No anno de 1847 a Academia das Sciencias de Munich deu á eſtampa uma memoria do dr. Schmeller (18) ſobre uma intereſſantiſſima collecção de documentos, devidos a um allemão, reſidente em Lisboa no anno de 1507. Poſto que elle uſa do pſeudonymo portuguez de Valentim Fernandes, é certo que era moravio de naſcimento, deſcendente de allemães, dizendo-ſe umas vezes Valentim Allemão, e outras Valentim de Moravia... Valentim Fernandes era impreſſor. Levára neſſa epocha a arte da imprenſa muitos allemães a paizes eſtrangeiros, e elle fôra para Portugal. Pelos ſeus conhecimentos da lingua allemã fôra elle nomeado tabelião dos allemães em Lisboa, a fim de redigir todos os contractos celebrados entre negociantes allemães, e bem aſſim fazer-lhe a traducção latina... O documento é obra de homem de educação pouco eſmerada, mais de marinheiro do que de homem estudioſo (a half-educated man, much more of a ſailor than a ſtudent) mas com conhecimento de cauſa.»

(18) A memoria publicada pelo dr. Schmiller, e a que Major ſe refere, tem o titulo ſeguinte: «Ueber Valeti Fernandez alemã und ſeine Sammlung von Nachrichten über die Entdeckungen und Beſitzungen der Portugieſen in Afrika und Azien bis zum Jahre 1508.

Pelas datas das edições de Valentim Fernandes póde determinar-ſe o periodo da ſua exiſtencia em Lisboa.

Em 1495 imprimio, de ſociedade com outro allemão, Nicolau de Saxonia, a *Vita Chriſti,* da qual exiſte um exemplar na Bibliotheca nacional de Lisboa.

Em 1496, e ſó, a *Eſtoria do muy nobre Veſpaſiano,* de que tambem ſe conhece um exemplar na Bibliotheca nacional, e nos conſta exiſtir outro em Guimarães, exemplares unicos.

Em 1500 o *Cataldi opera,* de que ha exemplares nas Bibliothecas do Porto e de Lisboa. (19)

Em 1501 a *Gloſa famoſiſſima ſobre las coplas de Jorge Manrique,* edição de que falla e deſcreve Mendez, *Tipografia española.*

Em 1502 o *Marco paulo,* de que ha exemplares nas Bibliothecas de Lisboa e eborenſe.

Em 1503 a *Ars Virginis Mariæ,* grammatica de Eſtevão Cavalleiro, mencionada por A. R. dos Santos, *Mem. da Litt.,* vol. VIII, pag. 26. (20)

Em 1504 o *Regimento das juſtiças,* de que ha um exemplar na Bibliotheca de Lisboa, e vi outro pertencente ao ſr. Visconde d'Azevedo.

— *Catheciſmo pequeno,* de Dom Diogo Ortiz; exiſte um exemplar na Bibliotheca de Lisboa. — Eſta obra é impreſſa de parceria com João Pedro Bonhomini.

— *Regra e diffinçoões do meſtrado de noſſo ſenhor jhũ xpo.*

(19) Antonio Ribeiro dos Santos, na ſua tantas vezes citada *Mem. ſobre a typ.*, diz conhecerem-ſe no ſeu tempo apenas tres exemplares d'eſta edição das obras de Cataldo. Alem d'eſſes, exiſte o da Bibliotheca portuenſe, o qual pertenceu á livraria do moſteiro de Sancta Cruz de Coimbra; e o ſr. Ferdinand Denis nos communicou poſſuir tambem um exemplar.

(20) A. R. dos Santos, na obra citada, e a pag. 99, refere-ſe ainda a outra edição, que diz impreſſa por Valentim Fernandes em 1516. Parece-nos haver equivoco na data, ou em o nome do impreſſor.

Ha um exemplar na Bibliotheca de Lisboa, e vi outro que pertence ao ſr. Viſconde d'Azevedo. (21)

1505 — *Os autos dos apl'os,* edição de que ſe apenas conhece um exemplar na Bibliotheca eborense. (22)

1512 }
1513 } *Ordenações do reino,* de que já tractámos.

É muito provavel que Valentim Fernandes déſſe á eſtampa mais algumas edições além das que mencionâmos. (23) Todavia, o que nos parece fóra de dúvida, é que por vezes interrompêra a ſua profiſſão de impreſſor para ſe entregar talvez a outros miſteres, como parece inferir-ſe, cotejando a data do alvará, que em ſeguida publicâmos, e a da edição do *Regimento,* a que o alvará ſe refere.

(21) Eſta edição não tem logar e anno de impreſſão, nem nome de impreſſor. Julgâmos porém que foſſe impreſſa em 1504, data proxima da que lhe vem aſſignada no fecho (Scriptas eſtas defimções em a noſſa villa de tomar a oyto dias do mez de deſẽbro Antonio Carneiro o fez anno de noſſo ſenhor Jeſu xpo de mill e quinhentos e tres) e attribuimos a edição a Valentim Fernandes, porque os caracteres e algumas capitaes e outras particularidades ſão iguaes aos da edição do *Regimento das juſtiças* por elle impreſſo.

(22) A. R. dos Santos dá eſta edição impreſſa por Vicente Fernandes Peres, o que é manifeſto equivoco, viſto que no exemplar, que de certo o ſabio academico não vio, o impreſſor ſe diz *Valentim Fernadez alemã.* De nome de Vicente Fernandes Peres não nos conſta haver impreſſor algum em Portugal até ao fim do XVI ſeculo.

(23) As edições portuguezas feitas durante o ſeculo XV e principio do immediato, alem de não ſerem muitas, ſão em geral raras. Deveria ter concorrido para o deſapparecimento d'ellas terem-ſe enviado exemplares para as noſſas poſſeſſões, como nos diz Pedro de Mariz nos ſeus *Dialogos de Varia Hiſtoria,* dial. 4.º, fallando de D. Manoel: «E nas couſas do Reyno do Congo, & coſta de Guine não tendo menos cuidado que ſeus predeceſſores, em o anno de mil & quinhentos & quatro mandou a elrey do Congo letrados em Theologia, Meſtres de ler, & eſcrever, & tambem outros para enſinarem canto chão da Igreja & muſica de canto e orgão; & *muitos livros da doutrina chriſtãa.*» Num artigo relativo á *Typographia Portugueza (Origens)* publicada no *Panorama,* vol. I, tambem ſe diz o ſeguinte: «A *Vita-Chriſti,* por exemplo, era levada, ſegundo o teſtemunho de Barros, para as miſſões d'Africa e d'Aſia, onde ſe perderam grande numero de exemplares: o meſmo aconteceu com a *Imitação de Chriſto.*»

*

«Nos elRey per eſte noſſo aluara nos praz pello trabalho que vallemtym fernandez tem leuado na empreſam dos liuros dos Regymentos que ora mandamos fazer pera todo o Reyno dos Juizes e oficiaes que nenhuma peſoa em noſſos Reynos e ſenhorios poſſa impremir nem fazer ſalluo ele dito vallentym fernandez ſo penna que quem o contrairo fezer encorra em pena de cem cruzados douro amettade pera quem o acuſſar e a outra pera as obras do noſſo ſpital. E mais nos praz que ſſe pella veemtura forem ympremydos e feitos fora do Reyno e a eſtes rreynos e ſenhorios delles trazidos a vemder que nam poſſam nelles ſſer vemdidos poſto que aſy de fora venham ſſob a dita pena a quem os vender ou comprar Porem mandamos diſſo paſſar eſte noſſo aluara o qual mandamos que ſe cumpra e garde como nele he comthyudo. E mandamos que ſeja apregoado e noteficado por que ſe naõ poſſa allegar ynorançia. E praznos que valha eſte como ſſe foſſe carta por nos aſynada e aſelada do noſſo ſeello e paſada por noſſa chamcelaria ſem embarguo de noſſa ordenaçam em contrario. Feyto em Lixboa a XXII dias de fevereiro 1503 annos. E porem ele os dara ao preço em que ora da eſtes e nom mais=Rey=Aluara per que praz a voſſa ſenhoria que nom poſa empremyr nem fazer os livros dos Regimentos outrem ſaluo vallentym fernandes ſo pena de c cruzados E que ſſe ſe fizerem fora do rreyno e a ele forem trazidos que ſe nom poſam nele vemder ſob a dita pena.» (24)

Nos *Regimentos de juſtiças* diz-ſe no fim:

«Com auctoridade e preuilegio del Rey noſſo ſenhor forom acabados de empremyr os preſentes regimentos de juſtiças em a muy nobre e ſempre leal çidade de Lyxboa per Valentym fernandez. Aos .XXIX. dias do mes de março. Era de mill e quinhentos e quatro annos.»

(24) *Archivo nac.*—Corpo Chronologico, Part. 1.ª, maç. 4, doc. 12.

Ora eftes *Regimentos,* que são em 4.º e teem apenas 111 folhas, eftavam começados a imprimir quando fe lavrou o alvará tranfcripto, a 22 de fevereiro de 1503, e a impreffão terminou a 29 de março do anno feguinte, ifto é, um anno, um mez e fete dias depois, lapfo de tempo exageradamente fuperior ao precifo para fazer a impreffão.

De 1505, data da impreffão dos *Autos dos Apoftolos,* até 1512, não conhecemos edição alguma feita por Valentim Fernandes, fendo porém certo que em 1507 eftava em Lisboa, que neffe anno efcreveu elle a *Defcripção de Africa,* manufcripto exiftente ainda hoje na Bibliotheca de Munich. Seria elle marinheiro, *failor,* como diz Major, e as fuas obras existentes em Munich levam a crêr, ou para fer tabelião dos allemães deixaria de exercer a profiffão de impreffor?

Alem d'iffo, notaremos que em 1505, no prologo dos *Autos dos Apoftolos,* fe diz «*feruidor* e empremidor de fua altefa», ifto é, da rainha D. Leonor, viuva de D. João II, da qual fe diz, no prologo de *Marco paulo,* de 1502, *efcudeyro;* fendo poffivel que para fervir aquella fenhora difcuraffe a arte, que aliás exercêra com alternativas, tendo-fe affociado uma vez com Nicolau de Saxonia, e outra com Pedro Bonhomini.

O fr. Teixeira Aragão, no *Catalogue des objects d'art... à l'Expofition Univerfelle de Paris en 1867,* referindo-se accidentalmente a Valentim Fernandes, diz que este impreffor veio para Portugal por convite de D. João II; que foi preceptor do infante D. Jorge, filho d'effe rei; e depois fecretario de D. Manoel para a correfpondencia latina. Sendo affim, é natural que o impreffor, diftrahido com as fuas várias occupações de efcudeiro da rainha, de tabelião dos allemães, de fecretario de D. Manoel para a correfpondencia latina, occupando-fe além d'iffo na colleccionação dos documentos mais tarde publicados em Munich, não fe dedicaffe energicamente

á typographia, não ſendo para eſtranhar que déſſe á eſtampa exiguo numero de edições.

Diogo Barboſa Machado, perſuadindo-ſe que eſte impreſſor era de nação portuguez, incluio-o na ſua monumental *Bibliotheca Luſitana,* e d'elle diz o ſeguinte:

«Valentim Fernandes,—Eſcudeiro da caſa da rainha D. Leonor, terceira mulher de D. Manoel, e muito perito na lingua latina e italiana, traduzindo em a materna:

«Relação da viagem que no anno de 1269 fez Marco Polo Veneciano á India, Japão, e China, e Oriente, aonde andou até o anno de 1295.—Lisboa 1502. fol. Da obra e do author faz menção, *etc.*

«Traduzio da lingua latina em a materna por ordem d'elrei D. Manoel:

«Relação da viagem que Nicolau Conti Veneciano fez ao Oriente, eſcripta por mandado do Papa Eugenio II por M. Pogio Florentino.—Sahio em Lisboa dedicada pelo traductor a elrei D. Manoel, etc.

«Reportorio dos tempos dedicado a D. Antonio Carneiro Secretario delrei D. João III—Lisboa por Germão Galharde 1557.»

Alem do êrro de nacionalidade, cumpre mais ractificar o ſeguinte:

1.º A rainha D. Leonor, de que Valentim Fernandes foi eſcudeiro, era a viuva de D. João II, e não mulher de D. Manoel, (25) o que o proprio impreſſor declara no prologo dos

(25) Antonio Ribeiro dos Santos, na citada *Memoria*, pag. 130-131, repete o que já diſſera a pag. 26, iſto é, que Valentim Fernandes fôra «Escudeiro da Caſa da Rainha D. Leonor, terceira mulher do Senhor Rei D. Manoel» e em a nota *a* accreſcenta «Aſſim ſe intitula na Prefação dos Livros de Marco Paulo que imprimiu em Lisboa.» Ora no verſo do roſto do *Marco paulo,* impreſſo em 1502, diz-ſe: «Começaſe a epiſtola ſobre a traladaçã do liuro de Marco paulo. Feita per Valetym fernãdez eſcudeyro da exçellentiſſima Raynha Dona Lyanor. Endereçada,» etc., pelo que ſe conhece que o ſabio academico não teve ampla notícia do livro, e con-

Autos dos apoſtolos, de 1505: «O q̃l livro mãdou empremír a muy exçelẽtiſſima prinçeſſa a Raynha dona Lianor molher que foy do muy alto Rey dõ Johã ho ſegũdo rey de Portugal cuja alma d's tẽ. Feyto p valentim fernãdez alemã ſeruidor e empremidor de ſua alteza.»

2.º As duas *Relações de viagem* ſão uma obra ſó, e teem por titulo «Marco paolo. Ho liuro de Nycolao veneto. O trallado da carta de huũ genoues das ditas terras.»

Em quanto ao *Reportorio dos tempos,* de 1557, que aliás não vimos ainda, é porventura reproducção de edição anterior, de que não temos notícia; e não foi de certo Valentim Fernandes que o dedicou ao ſecretario de D. João III; ſalvo ſe eſſe Antonio Carneiro é o meſmo que em 1503 eſcreveu a *Regra e diffinções da ordem de Chriſto,* e ainda por então ao ſerviço de D. Manoel.

Apeſar de Antonio Ribeiro dos Santos, na ſua *Mem.,* pag. 26 e 99, attribuir a Valentim Fernandes uma edição da grammatica *Ars Virginis Mariæ* em 1516, edição que não vimos, e que temos dúvida exiſta, pelo menos impreſſa por Valentim Fernandes, julgâmos que este impreſſor falleceria ainda em 1513, por não termos viſto edição alguma ſua poſterior a eſta data, corroborada a hypotheſe pelas raſões apontadas no capitulo antecedente.

---

fundio D. Leonor, filha do infante D. Fernando, duque de Viſeu, e então viuva de D. João II, com D. Leonor, filha de D. Filippe I de Caſtella, e que ſó caſou com D. Manoel a 24 de novembro de 1518, iſto é, 16 annos depois da impreſſão do *Marco paulo,* e porventura já quando o impreſſor era fallecido.

V

EDIÇÃO DE 1514

LIVRO PRIMEIRO

No rosto da primeira folha ha uma estampa, que occupa dois terços da pagina; tem do lado direito, o escudo real, encimado de elmo, coroa aberta e a serpe bragantina; á esquerda, a esphera armilar, assente em pé alto, enfaxada em banda com a letra *Spera in Deo & fac bonitatem* — e na ecliptica as letras *C. A. D. T. G.* A estampa tem á volta uma cercadura de folhagem. Na parte inferior o titulo seguinte, impresso a vermelho, á excepção da última linha, que é impressa a preto:

«Lyuro primeiro das ordenações cõ sua tauoada q̃ asigna
«os titulos: & folhas: e tractase nelle dos officios de nossa
«corte: e da casa da soplicaçã: & do çiuel: & daquelles q̃ per
«nos tee carrego de ministrar direito: & justiça. Nouamẽte corregi
«do na segũda ẽpressam. Per especial mãdado do muy
«alto & muy poderoso senhor rei dõ Manuel nosso senhor.
Foy empremido:
«Com priuilegio de sua alteza»

No verso da primeira folha:

«Seguese a tauoada
«pa se por ella acharẽ os titulos
«deste liuro primeiro das ordenações destes regnos.

A *tauoada* occupa ainda o verſo da ſegunda folha.
Na terceira folha eſtá o ſeguinte

«Proleguo
«Dom Manuel ꝑ graça de d's Rei de portugal e dos
«Algarues daquem e dálẽ maar ẽ affrica ſñor de guinee e
«da cq̃uiſta e nauegaçã e comercio de ethiopia arabia pſia
«e da India: A tod' noſſos ſubdit' e uaſallos. Saude.
«Conſiderando nos quam neçeſaria em todo
«tp̃o he ajuſtiça aſſy na paz como na guer
«ra ꝑa boa guouernaçã e cõſeruaçã de toda
«Republica e eſtado real. A q̃l como mẽ
«bro p̃ncipal e mais q̃ as outras virtudes
«excellente aſſy mais q̃ todas aos p̃cipes
«couẽm e nella como ẽ verdadeiro eſpelho de cõſçiẽçias ſe
«deuẽ ſempre reuer e eſmerar porq̃ com ajuſtiça aſſiſte ẽ
«ygualleza e cõ juſta ballãça dar o ſeu a cada huũ aſſy o bõ
«Rey deue ſer ſemp̃ huũ e ygual a todos ẽ retribuir a cada
«huũ ſegũdo ſe' mereçimẽtos. E aſſy como a juſtiça he vir
«tude nõ ꝑa ſy mays ꝑa outrẽ por apueitar ſoomẽte aq̃l
«les a q̃ ſe faz dãdolhes o ſeu e fazẽdoos bẽ viuer os boõs
«cõ p̃mios os maos cõ temor da pena donde reſulta paz e
«aſoſego por q̃ o caſtigo dos maaos he cſeruaçã d' boos:
«aſſy deue fazer o bom p̃ncipe pois ꝑ d's foy dado p̃ñçipal
«mẽte nõ ꝑa ſy nẽ ſeu particular p̃ueito mas ꝑa beẽ gouer
«nar ſeu pouo e a pueitar a ſe' ſubdit' como a p̃prios fi
«lhos a exẽplo e ymitaçã daq̃lle verdadeiro pelicano: cujo
«ſceptro tem na terra: q̃ por a geraçã humana e por ſaluar
«ſeu pouo e filhos nõ ſomẽte o pprio e p̃çioſo ſãgue drra
«mou mas na aruore da uera crus quis padeçer. E como
«q̃r q̃ eſte eſtado e Republica cͥſiſte pncipalmẽte e ſe ſoſte
«nha ẽ duas couſas ẽ armas e ẽ leis e huã aja meſter da ou
«tra porq̃ aſſy como as leys cõ a força das armas ſe mãtẽ

«assy a arte militar cõ ajuda das leys se segura e cõ estas
«duas cousas os Romaãos quasy o mũdo subjugarã. Por
«tanto posto q̃ nas armas e continua desuairada guerra
«assy ẽ affrica como ẽ asia tã diuersas partes do mũdo e
«tã longe apartadas sejam' tã occupado depois de jaa ter
«mos ordenado e acabado a nossa torre do tombo obra
«muy difficil e neçesaria pa ppetua memoria guarda e fi
«eldade de todas as scripturas e antiguidades de nossos
«regnos e senhorios e assy o regimẽto e foraaes de todas no
«ssas çidades villas e lugares cousa çerto a todo pouo bẽ
«p̃ueitosa desejãdo cseruar e mãter nosos vasallos ẽ ppe
«tua paz e bõos costumes ouuem' por muy necessario em
«tẽder nesta justiça q̃ nas armas faz vẽcer plla
«cõcordia e asoseguo q̃ se della segue. E daqui naçeo o pro
«uerbio q̃ os Romãos venciã asẽtados .s. com a boa go
«uernaçã e regimẽto ẽ q̃ viuiã e cselho cõ q̃ faziã suas guer
«ras o qual se nõ pode bem tomar sem repouso e paz intri-
«sica e ygualesa de bõs juizos e temperãça de viuer o q̃
«tudo esta virtud nos ẽsina e obriga Se' p̃ceptos sam
«viuer honestamẽte: a outrẽ nõ ẽpecer: dar o seu a cada hũ.
«Pllo qual vendo nos a cõfusam e repugnãçias dalguas
«ordenações por Reys nossos ãteçessores feytas assy das
«q̃ estauã ẽcorporadas, como das extrauagãtes donde re
«cresciã aos julgadores muytas duuidas & dobates aas
«partes seguia grãde pda: querẽdo aysso poer pella obri
«gaçã q̃ temos por nos nosso sñor teer posto neste estado
«Determinamos cõ os do nosso cselho & leterados refor
«mar estas ordenações, e fazer noua cõpilaçã tirãdo todo
«sobejo e supfluo: ẽ addendo no minguado: suprĩdo os de
«fectos: cõcordãdo as cõtrariedades: decrarãdo o escuro
«e difficel: de maneira q̃ assy dos leterados como de todos
«se possa bem & perfeitamẽte ẽtender. A qual obra & rcõ-
pillaçã

«bem examinada & emẽdada reduzimos como dantes ẽ
«cinquo liuros, & mãdamos emprimir, & publicar & aproua
«mos & confirmamos Reuoguãdo e anullãdo quaeſq̃r ou
«tras ordenações q̃ fora deſta cõpilaçã ſe acharem: ſaluo ſe
«depois forẽ feitas p nos ou por Reis noſſos ſubçeſſores
«mouidos da mudãça dos tpos ou nouidade dos caſos
«que podem ſobreuir e eſta queremos que em todos nos
«ſos regnos e ſenhorios ſe guarde e pratique e valha pera
«ſempre.

«Fim»

Eſte prologo, que acaba no verſo da terceira folha, é impreſſo a preto nos exemplares conhecidos, ſalvo no que ſe encontra guardado no Archivo Nacional, que é impreſſo a vermelho.

Na quarta folha uma eſtampa, que occupa toda a pagina, e repreſenta elrei ſentado no throno, com o ſceptro na mão direita: á eſquerda um homem, de joelhos, veſtido de habito talar, offerece ao monarcha um livro; repreſenta provavelmente o chanceller mor Ruy Botto. Á direita doctores e deſembargadores, com livros nas mãos, e á eſquerda alabardeiros. No ſceptro do rei prende uma fita, com a legenda: — *Deo. in. celo. tibi. avte. in. mvndo.* No alto da eſtampa, á direita, o eſcudo real; e á eſquerda a eſphera armillar.

Segue-ſe a folha quinta, e primeira numerada, que tem no alto o titulo ſeguinte, impreſſo a preto, á excepção das linhas primeira e última:

«Do regimento do regedor da juſtiça
«Aqui ſe começã os cinco liuros das ordenações
«corrigidas e emendadas pello doctor Ruy bo
«to do cõſelho del Rei & chanceller moor deſtes

*

« regnos & ſenhorios cõ outros leterados do ſeu cõſelho
« e deſembargo pa elle deputados. Per mãdado do in
« uictiſſimo & muy poderoſo ſenhor el Rei dõ Emanuel
« noſſo ſenhor e per elle viſtas e examinadas
« Segueſe o livro primeiro. »

Occupa eſte livro CXXIX folhas, numeradas na frente, e comprehende LXI titulos. Na folha ſeguinte, innumerada, encontra-ſe a ſubſcripção ſeguinte:

« Acabouſe de empremer ho primeiro liuro das ordena
« ções: corregido & emendado per o doctor Ruy botto: do
« conſelho del Rey noſſo ſenhor: & chanceller moor deſtes
« regnos & ſenhorios per autoridade & preuilegio de ſua al
« teza. Em Lixbôa per Joham pedro de bonhomini
« Aos XXX dias de octobro de mil e quinhẽtos e quatorze anos.

Em ſeguida o *colophon* do impreſſor.

LIVRO SEGUNDO

Na primeira pagina repete-ſe a eſtampa do roſto do livro antecedente, e ſegue-ſe na parte inferior d'ella o titulo, impreſſo a vermelho:

« Lyuro ſegundo das ordenaçoẽs cõ ſua tauoada que aſſi
« gna os titulos: & folhas: & trataſe nelle das leys & orde
« naçoẽs tocãtes aas ygrejas: & moeſteiros: & peſſoas re
« ligioſas: & ecleſiaſticas: & outras peſſoas. Novamẽte corregi
« do na ſegunda empreſſam. Per eſpecial mandado do muy alto
« & mui poderoſo ſenhor Rey dom Manoel noſſo ſenhor. Foy em
« premido com preuilegio de ſua alteza.

No verſo:

«Segueſe a tauoada pera ſe por ella acharẽ os titulos.»

A *tauoada* occupa ainda a folha ſegunda. Na immediata ha outra eſtampa, que repreſenta o rei, ſentado no throno, entregando um livro a um biſpo que lhe eſtá de joelhos aos pés. Á direita, biſpos, frades, clerigos; iſto é, o clero, ſegundo eſtado do reino; á eſquerda, montes, arvores, o mar com navios. Na parte inferior, repreſentam-ſe campos,—um homem lavrando com o ſeu arado; outro cavando; e outro perſeguindo as lebres. No ſceptro do rei prende uma fita, com a inſcripção—*Deo. in. celo. tibi. avtem. in. mundo.*—No alto da eſtampa, á direita, o eſcudo real, e á eſquerda, a eſphera armillar. Na quarta folha, e primeira numerada, encontra-ſe no alto o titulo ſeguinte, impreſſo a vermelho, á excepção da primeira linha, que é impreſſa a preto:

«Em que caſos os clerigos e religioſos deuẽ reſponder
«No primeiro liuro falamos dos officiaes da nos
«ſa corte: que per nos teem cargo de miniſtrar de
«reyto e juſtiça: e dalguũs outros que aa gouernãça
«do regno pertencẽ. Agora no ſegundo liuro e nos ou
«tros d'hy em diãte entendemos falar & tractar das leys
«& ordenações: per que ſe os noſſos regnos ſe gouernem:
«e os ditos officiaaes ſe ajam de reger pera boa execuçam
«dellas. E primeiramente entendemos em eſte ſegũdo
«liuro tractar das leys e ordenaçoẽs tocantes aas yre
«jas & moeſteiros: & peſſoas religioſas: & ecleſiaſticas. E
«porque antre os reys noſſos predeceſſores e os prelad'
«e clerezia deſtes regnos: foram feitas muitas determi
«naçoẽs: & artigos: & capitulos de cortes: os quaes ſe ſem
«pre guardarom: & vſarom: & praticarom. Dos quaes al

«guũs q̃ pera boa gouernãça & regimẽto da terra mais
«neceſſarios parecẽ: mãdamos aqui poer as determina
«çoẽs: & deciſoẽs delles em o titulo ſeguinte.»

Eſte livro tem *lxi* folhas, comprehendendo *xlix* titulos. No fim do verſo da última folha encontra-ſe a ſubſcripção:

«Acabouſe de empremir ho ſegundo liuro das ordenaçoẽs:
«corregido & emendado per ho doctor Ruy boto do conſelho
«del Rey noſſo ſenhor & ſeu chançaller moor deſtes regnos
«& ſenhorios: Per mandado: auctoridade & preuilegio del
Rey dõ
«Manuel noſſo ſenhor: em Lixbõa per Johã pedro bonho
«mini a quinze dias de decẽbro de Mil & quinhentos & qua
«torze años.»

Em ſeguida o *colophon* do impreſſor.

LIVRO TERCEIRO

Na primeira folha uma gravura, ſimilhante á do livro primeiro, com o eſcudo real e a eſphera armillar, e a legenda —*Spera in Deo & fac bonitatem.*—Na parte inferior da gravura o titulo, impreſſo a vermelho:

«Lyuro terçeiro das ordenaçoẽs com
«ſua tauoada q̃ aſigna os titulos & fo
«lhas: & tractaſe nelle do auto judiçial:
«nouamẽte corregido na ſegũda empreſſam.
«Per eſpeçial mãdado do muy alto & muy po
«deroſo ſenhor Rey dõm Manuel empremido.
«com preuilegio de ſua alteza.»

No verſo da folha:

«Seguеſe a tauoada pera ſe por ella acharẽ os titulos «deſte terceyro liuro das ordenaçoẽs deſtes regnos.»

A *tauoada* ſegue até o roſto da quarta pagina, e no verſo ha uma eſtampa, que não a occupa toda: repreſenta o rei, ſentado no throno, ſuſtentando na mão direita a eſphera armillar, da qual ſahe uma fita, que ſe vae enlaçar com o ſceptro, com a legenda—*Deo. in. celo. tibi. autem. in. mundo* —e na mão eſquerda empunha o ſceptro. A eſtampa é cercada de uma ſilva de folhagens e aves, e um pelicano ferindo o peito. (26)

Na folha ſeguinte, e quinta, outra eſtampa, figurando el-rei, ſentado no throno, tendo na mão direita um rolo de papel, e na eſquerda o ſceptro. Á parte direita e eſquerda do rei eſtão juizes, letrados, e deſembargadores. Na parte inferior da eſtampa dois eſcrivães em acto de tomarem notas, dois alabardeiros, um de cada lado, e outras duas figuras. No eſpaldar do throno eſtá a legenda:—*Deo. in. celo. tibi. autem. in. mundo.*—Na folha ſeguinte, e primeira numerada, eſtá o titulo, impreſſo a vermelho, excepção feita da primeira linha, que é impreſſa a preto:

(26) O *Jornal do Commercio*, n.º 5244, referindo-ſe a eſta ſilva, que contorna a gravura, diz: «Eſta eſtampa tem uma cercadura... e o pelicano ferindo o peito para alimentar os filhos, diviſa de el-rei D. João II, o que por um inſtante nos fez crer que a figura que eſtá no throno poderia ſer a da rainha D. Leonor, preſtando-ſe o deſenho da figura a eſta ſuppoſição.» Effectivamente o deſenho não é grandemente correto, e a cara ſem barba do rei poderia tambem repreſentar a de uma mulher. Mas na gravura eſtá a eſphera armillar, diviſa de D. Manuel, o que tira toda a ſombra de dúvida. Em quanto ao pelicano, que ſe encontra entre a folhagem, e deu motivo áquella ſuppoſição, notaremos que a cercadura é compoſta de quatro peças moveis, que nada teem de commum com a eſtampa.

«Das citaçoẽs
«Perq̃ toda a virtude das leys eſtaa na pratica e exe
«cuçaõ q̃ dellas ſe faz em juizo. Portãto em eſte terçei
«ro liuro trautaremos do auto judiçial & ordem delle &
«primeiro das çitaçoẽs em as quaes toda ordem judiçi
«al ſe começa.»

Segue o corpo das ordenações, com *cxi* titulos, occupando até folhas *lxxxviij* verſo. No fim da última pagina ſegue a ſubſcripção:

«Acaboūſe de ẽmp̃mir o terçeiro liuro das ordenaçoẽs: corregi
«do & emẽdado ꝑ o doctor Ruy boto: do cõſelho del Rey
noſſo ſe
«nhor: & chãceller moor deſtes regn' & ſenhorios: ꝑ autori-
dade & p̃ui
«legio de ſua alteza. Em Lixboa ꝑ Johã pedro de bonhomini
«Aos xi dias de marco de mil e quinhentos e q̃torze anos.»

LIVRO QUARTO

No roſto repete-ſe a primeira gravura do livro terceiro, e na parte inferior d'ella eſtá o titulo, impreſſo a vermelho, menos as linhas oitava e nona:

«Lyuro quarto das ordenaçoẽs com ſua ta
«uoada q̃ aſigna os titulos & folhas: e tra
«taſe nelle dos cõtrautos dos quaſi con
«trautos & dos teſtamẽtos: nouamẽte corregido
«na ſegunda empreſſã: Per eſpeçial mãdado do
«muy alto & muy poderoſo ſenhor Rey dom Ma
«nuel: empremido.

«Com preuilegio de ſua alteza
«Seguefe a tauoada pera ſe por ella acharem os titu
«los deſte quarto liuro das ordenaçoẽs deſtes regnos.»

A *tauoada* occupa o verſo da folha, a ſegunda e terceira. O roſto da quarta eſtá em branco. No verſo d'eſta folha ha uma eſtampa, repreſentando el-rei dando audiencia a mercadores e negociantes. Aos pés do throno, do lado direito, ha um pacote, que tem o letreiro=*paño*=e ao lado eſquerdo eſtá um homem, ſentado, em acto de eſcrever, com o tinteiro pendurado, prêſo por uma fita ao lado eſquerdo; e outras duas figuras, uma das quaes entrega á outra dinheiro. No eſpaldar do throno eſtende-ſe uma fita, com a já deſcripta legenda—*Deo. in. celo. tibi. autem. mundo.*—

A folha ſeguinte começa:

«No terçeiro liuro auemos trautado dos juizos
«& aut' judiciaes. E perq̃ a mayor parte dos juy
«zos nace dos cõtrautos feitos antre as partes:
«& dos quaſi cõtrautos: & teſtamẽtos: portanto enten
«demos em eſte quarto liuro trautar delles.»

Comprehende eſte livro *lxxviij* titulos occupando *liiij* folhas; no verſo da última eſtá a ſubſcripção:

«Acabouſe de empremir o quarto liuro das ordenaçoẽs: corre
«gido & emẽdado per o doctor Ruy boto do conſelho del Rey
«noſſo ſenhor: & chançeller moor deſtes regnos & ſenhorios: per auto
«ridade & puilegio de ſua alteza: Em Lixboa p Joham pedro bonhomini
«aos xxiiij dias de março de mil quinhentos & xiiii anos.

LIVRO QUINTO

«Lyuro quinto das ordenaçoẽs com ſua tauoada q̃
«aſigna os titulos & folhas: & trataſe nelle das
«cauſas crimes: & penas daquelles que os come
«terẽ: nouamẽte corrigido na ſegunda Empreſſam per
«eſpeçial mãdado do muy alto e muy poderoſo ſenhor
«Rey dom Manuel: empremido
«Com preuilegio de ſua alteza
«Segueſe a tauoada pera ſe por ella acharẽ os titu
«los deſte quinto liuro das ordenaçoẽs deſtes regnos.»

A *tauoada* ſegue até o roſto da quarta folha innumerada: no verſo deſta folha ha uma eſtampa, repreſentando el-rei ſentado no throno, com a eſpada levantada, em acto de ouvir as partes e adminiſtrar juſtiça. Á direita e á eſquerda juizes e povo; entre os primeiros um que tem na mão uma ſentença que parece ler ao rei. Na parte inferior tres preſos agrilhoados, ſendo um d'elles judeo, guardados por um alabardeiro.

A folha ſeguinte, e primeira das numeradas, tem o ſeguinte titulo, impreſſo a vermelho, menos a primeira linha, que o é a preto:

«Dos herejes
«No quarto liuro auemos tractado dos cõ
«tractos e teſtamẽtos. Agora em eſte quinto
«tractaremos dos crimes & penas da
«quelles que os cometerem. E porque ſobre todos
«os delitos he mayor & mais graue a hereſia por
«ſeer cometida contra noſſo ſenhor deus a que por
«ley diuina & natural todos geeralmẽte deuemos
«fee & verdadeira creẽça: portanto entendemos
«primeiro fallar della.»

Seguem-ſe os *cx* titulos de que ſe compõe o livro, e occupam *lxxiiij* folhas, no verſo da última das quaes eſtá a ſubſcripção final:

«Acabouſe de empremir ho liuro quinto das ordenaçoẽs
«corregido e emẽdado per o doctor Ruy boto Chan
«celler moor deſtes regnos e ſenhorios Per mã
«dado autoridade e preuilegio del Rey noſſo
«ſenhor. Em Lixboa per Johã pe
«dro bonhomini. Aos xxviij
«dias de Junho de mil
«e quinhentos e
«quatorze
«anos.»

Em ſeguida á ſubſcripção, o *colophon* do impreſſor, e do qual damos a deſcripção a pag. 49, nota n.º 36.

O formato é *in-folio,* caracteres gothicos. Cada pagina cheia de texto, áparte rúbricas e cabeças, tem 22 centimetros de alto por 13 de largo. O numero total das folhas é de 427, ſendo 406 de texto de *Ordenações,* e 21 de eſtampas, roſtos e *tauoadas.* As eſtampas, como ſe vê pela deſcripção ligeira d'ellas, ſão ſempre allegoricas ao de que tracta o livro de que fazem parte.

D'eſte raro monumento da noſſa legiſlação, quaſi deſconhecido, o que não admira attendendo á carta repreſſiva de D. Manoel, e que fica tranſcripta (pag. 16) conhecemos hoje os ſeguintes exemplares, além do impreſſo em pergaminho, e arrecadado na Torre do Tombo:—2 na Bibliotheca de Lisboa, a um dos quaes falta o prologo;—outro na Bibliotheca da Univerſidade de Coimbra;—2 exemplares dos livros 3.º, 4.º e 5.º na Bibliotheca de Evora.

*

Na Bibliotheca do Porto exiſtiu igualmente um exemplar, o qual deſappareceu. (27)

De paſſagem diremos que os exemplares d'eſta edição, apeſar de hoje ſe conhecerem alguns, ſão de grande raridade, attendendo a que D. Manoel os mandou romper e desfazer, ſob pena de cem cruzados (28) *e mais ſer degradado por dous años para alem,* iſto é, para Africa; ſendo para notar-ſe que naquelle tempo houveſſe quem ſe atreveſſe a illudir as determinações reaes. O exemplar exiſtente no Archivo nacional tão recatado era já no ſeculo XVI, que ao proprio guarda-mór ſe entregava mediante recibo d'elle, como ſe vê da cópia ſeguinte:

«Sam aqui carregados em Recepta por mim fernão das naaos ſcripvam da torre do tombo ſobre damyão de goes guarda moor da dita torre do tombo os çimquo livros das ordenações que fez elRey dom Manuel que ſanta gloria aja empremydos em purgaminhos de frandres e encadernados em tavoas e couro de bezerro de cor amarello, aos XIII dias de

(27) Na Bibliotheca pública do Porto ha muitas obras impreſſas durante o ſeculo XVI; e do ſeculo anterior, que nós ſaibamos, exiſtem alli 109 edições, das quaes duas impreſſas em Portugal, ſendo uma a *Vita Chriſti,* impreſſa em Lisboa em 1495, e outra o *Seder Tefilod* (em hebraico), Lisboa, meſmo anno. Veja-ſe a eſte respeito uma *Breve noticia* (e incompleta), publicada no *Panorama,* vol. XVIII, pag. 143. Na Bibliotheca de Lisboa, ſegundo ſe vê do *Appendice A* do *Relatorio* feito pelo então bibliothecario Joſé Feliciano de Caſtilho Barreto e Noronha, em 1844, havia 739 edições do ſeculo XV, algumas em duplicado, e entre ellas as portuguezas—*Almanach ppetuuz ecclesſitiuz motuuz aſtronomi zacuti,* Leiria, 1484—*Breviarium Bracharenſis eccleſie,* Braga, 1494—*Vita Chriſti,* Lisboa, 1495—e a *Eſtoria do muy nobre Veſpaſiano,* Lisboa, 1496.—A propoſito da obra em hebraico *Seder Tefilod,* vej. Roſſi, *De hebraicæ typographiæ,* pag. 56.

(28) O *cruzado* era o decimo do *portuguez,* moeda de ouro de 24 quilates, que peſava 9,75 oitavas, e valia 4$000 reis, peſando portanto o *cruzado* 0,975 de oitava de ouro de 24 quilates. Sendo hoje o valor da oitava de 22 quilates 1$800 reis, ſerá a de 24 quilates 1$973 reis, valendo portanto 0,975 de oitava, correſpondente ao *cruzado* de D. Manuel, 1$913 reis. Correſponderia portanto hoje a mulcta dos cem *cruzados* a 191$300 reis, aggravada eſta pena com o degredo para Africa durante dois annos.

agoſto de mil v[c] e 4[ta] e cinquo anos.—Damiam de goes—Fernão das naaos.» (29)

Julgâmos que os exemplares conhecidos, excepção feita do do Archivo nacional, proviriam das livrarias dos conventos, unico ſitio em que os livros poderiam eſtar a bom recato durante 313 annos (1521-1834) eſcapando-ſe os poſſuidores d'elles ás dilações.

Joſé Anaſtacio de Figueiredo, na *Synopſis*, vol. I, p. 254, diz conſtar-lhe haver no reino 4 exemplares, alem do de pergaminho, dos quaes affirma ter viſto um; mas não deſigna o ſitio da exiſtencia d'elles.

VI

BONHOMINI

O impreſſor das *Ordenações* de 1514, e que nos finaes dos cinco livros d'ellas ſe diz João Pedro Bonhomini, é o meſmo João Pedro *de Cremona*, que recebeo uns pergaminhos para a impreſſão da edição eſpecial, que ainda hoje ſe guarda na Torre da Tombo. Na ſua edição do *Regimento*, de 1514, por exemplo, traz o nome completo—Joham pedro de bonhomini de Cremona.

Era natural de Cremona, cidade italiana, e da qual tomou o apellido (30) de que uſou ás vezes. Exerceu a ſua profiſſão

(29) Archivo nac.—Liv. 18 da Chancel. de D. Manoel, folh. 133.

(30) Muitos impreſſores do ſeculo XV (e a eſſe ſeculo ainda pertenceu Bonhomini), adoptaram como apellido o nome da terra da ſua naturalidade. Occorre-nos mencionar os ſeguintes:—

Andream Jacobi de *Cattara* (Cattaro),
Antonio de *Antuerpia*,
Antonium de Strata de *Cremona*,
Bartholomeum de Zanis de *Portezis* (Portezzo),

em Lisboa desde o princípio do seculo XVI, sendo a primeira obra impressa por elle de que temos notícia a *Artis Pastranæ*,

Bernardini de *Novaria* (Novara),
Bernardinum de Coris de *Cremona*,
Bernardinum de Tridino de *Monteferrato*,
Bernardo de *Bergamo*,
Bernardo de *Colonia*,
Bertold de *Heinau*,
Dyonisio de *Paravisino*,
Erhardum Radtolt de *Augusta* (Tubingue),
Franciscum de *Hailbrun*,
Fredericus de *Verona*,
Gabrielem Graffis de *Papia* (Pavia),
Georgium Lauer de *Herbypoli*,
Georgius Herolt de *Bamberga*,
Gerardo de *Flandria*,
Hermanum Levilapidem de *Colonia*,
Henricum de *Colonia*,
Jacobum de *Breda*,
Jacobum de Leucho *(Leuck)*,
Jacobi de *Pforezen*,
Johannis de *Cobelens* (Coblentz),
Johannis de *Colonia*,
Joannem Emericum de *Spira*,
Johannem Alemanem de *Medemblick*,
Johannem de *Hamelburgk*,
Johannem Hertzog de *Landau*,
Johannis Manthen de *Gherretgem*,
Johannes de *Nuremberg*,
Johannis Pegniczer de *Nurimberga*,
Joannis Leoviller de *Hallis* (Hall),
Johãnez de *Westfalia*,
Johannem de *Vingle*,
Leonardo de *Basilea*,
Michaelem Manzolo de *Parma*,
Michaelem de *Monaco*,
Nicolaum de *Franckfordia*,
Nicolau de *Saxonia*,
Paulo de *Colonia*,
Paulo Hurus de *Constancia* (Constanz),
Peregrinum Pasqualis de *Bononia* (Bonn),
Petrum Schoyffer de *Gernehem*,
Petrum de *Ungria*,
Philippum de *Lavagna*,
Reinaldum de *Novimagio*,
Th. de Regazonibus de *Asula* (Asola),
Valentim de *Moravia*,
Vendelinium de *Spira*.

de 1501. No anno ſeguinte imprimio o *Sacramental*, (31) de Clemente Sanches de Verchial, e ſeguidamente outras obras, algumas de parceria com Valentim Fernandes, até 1514, em que imprimio as *Ordenações*, e o *Regimento de como os contadores das comarcas hãde puer ſobre as capellas: oſpitaes: albergarias: cofrarias: gafarias: obras: terças: e reſidos.*»

O auctor do livro *Geſchichte der Buchdruckerkunſt* (32) diz que Bonhomini era impreſſor volante, e deixára Florença para exercer em Lisboa a ſua profiſſão até 1514. Apeſar d'iſſo, não ſe nos offerece dúvida que Bonhomini reſidiſſe em Lisboa conſtantemente até 1514, não conhecendo edição alguma ſua posterior áquella data, o que nos leva a crêr que neſſe anno fallecêra. (33)

Effectivamente no seculo xv appareceram alguns impreſſores volantes, na peninſula, e o padre Mendez, na ſua *Tipografia española* menciona o facto, dizendo que Arnaldo Guillen Brocar «anduvo volante al fin del ſiglo xv, y principios del xvi, imprimiendo en diferentes lugares de Eſpaña, como ſe puede ver ſobre las imprentas de Pamplona, Alcalá, Logroño, Burgos, Toledo, etc.,» mas em quanto a Bonhomini não encontrâmos veſtigio da ſua *imprenſa volante*.

(31) D'eſta rara edição poſſue hoje um exemplar, que detidamente examinámos, o ſr. Viſconde de Azevedo, e é o meſmo que ſe encontra deſcripto ſob o n.º 2124 no *Catalogo dos livros que foram do fallecido ſr. João Antonio de Souſa Guimarães*—Porto, 1869. No *Catalogo* vem com a data de 1552, provavelmente porque o catalogador não ſoube ler o anno da impreſſão, que na ſubſcripção final ſe encontra—*Anno M. ccccc. e ij.*—tomando a particula conjuctiva—*e*—por um 5.

(32) Pietro Bonhomini aus Cremona, ebenfalls ein wandernder Typograph, hatte Florenz verlaſſen, um auch hier (Lisboa) ſeine Kunſt bis 1514 zu üben.—Karl Falkenſtein, obra citada, pag. 295.

(33) Nas *Mem. de Litt.*, vol. viii, pag. 126, dá-ſe ainda como impreſſo por Bonhomini o *Breve memorial de Pecados*, de Garcia de Reſende, em 1512 (aliás 1521, como ſe diz na meſma obra, a pag. 99) e a *Ordenaçam da ordem do juiʒo*, de 1526. Ambas eſtas obras foram impreſſas por Germão Galharde.

A edição das *Ordenações,* por elle impressa em 1514, foi-lhe encommendada ainda em 1513, como se vê do seguinte alvará:

«Thomé lopez nos temos mandado a João pedro que faça certos liuros de nossas hordenaçoões e ham de fazer huum de purgaminhos e porque hade começar lóguo a dita obra pera que he necessario lhe dar os ditos purgaminhos uos mandamos que se nesas casas ouuer alguuns boons que vos lhos des pera yso e quando os nom ouver vos lhos mandai comprar. E enformarvoshes dos que avera mester e eses lhe dares e por esta sera levado em conta ao thesoureiro que os comprar o que se mostrar por asento do escripvam que custarom. Feyto em lixboa a XXIIII dias doytubro andre pirez o fez *(sic)* de mil v.^c XIII—Rey.—ao feitor que de a João pedro os purgaminhos que ouver mester pera o livro das ordenaçoões e se os nas casas non ouver os mande comprar.» (34)

É notavel que só 49 dias depois de lavrada a ordem para receber os pergaminhos os fosse Bonhomini buscar, como se vê do recibo d'elle, passado no verso do alvará antecedente, e é do theor seguinte:

«Eu Joham pedro de Cremona digo ser verdade que Reçebi per vertude deste alvara do feytor thome lopez contheudo neste alvara dez duçias de pergaminhos pera o livro das ordenações e por vos o Reçebi da Joham excallante mercador burgalex em XII dias do mez de dezembro de 1513 e por verdade aiynhey aqui de minha maão e fica ao presente em a maão do dito Joham escallante.—*Joham pedro de Cremona.*» (35)

As edições que d'este impressor conhecemos são todas muito nitidas, os caracteres perfeitos, as tintas firmes e bem

(34) *Archivo nac.*—Corp. chronol., P. 1, maç. 13, doc. 83.
(35) *Idem, ibidem.*

diſtribuidas. Uſou eſte impreſſor de dois *colophons,* (36) ſendo um ſingelo, como na edição do *Regimento,* e outras anteriores; e outro com adornos, mas conſervando o emblema caracteriſtico, como nas *Ordenações.*

Temos por certo que Bonhomini pertencia a uma familia notavel de impreſſores. Em 1476 eſtava em Paris um Pasquier Bonhomme (37) que imprimio as *Chroniques de Saint Denys;* e em 1484 Jean Bonhomme, irmão de Paſquier, era um dos quatro grandes livreiros da Univerſidade pariſienſe.

Temos preſente um exemplar das *Decretales* do pontifice Gregorio IX, impreſſas em Paris *Apud Iolandā bonhōme—ſub ſigno Unicornis. M. D. xlvij,* viuva de Thielmann Kerver, a meſma que mandou fazer a edição do *Miſſale Carthuſieſe,* —«Pariſijs impēſis Jolāde bonhom̄e vidue ſpectabilis viri Thielmañi Keruer, 1541» e talvez deſcendente de algum dos antecedentes.

Tambem encontrâmos no *Catalogue de la Bibliothèque de feu M. le Marquis de Morante,*—Paris 1872, ſob o n.º 302 —*Le Miroir politique,* de Guillaume de la Perrière, Lyon 1555, impreſſo por Macé Bonhomme; e com o n.º 438 *Le Pegme de Pierre Couſtau,* impreſſo pelo meſmo impreſſor e neſſe anno. Em o meſmo *Catalogue,* com o n.º 437, ainda ſe encontra—*Pegma cum narrationibus philoſophicis,* de Petri Coſtalii, «Ludguni, apud Mathiam Bonhomme, 1555. No *Catalogue* de Troſſ, n.º VIII de 1872, vem indicado para venda,

(36) O *colophon* de Bonhomini compõe-ſe de—um circulo, cortado na parte ſuperior ao eixo por uma corda, ſobre a qual pouſa uma cruz;—dá-ſe porem a ſingularidade de Arnaldo Guillen de Brocar, impreſſor em Pamplona por fins do ſeculo XV, ter uſado de *colophon* proximamente identico; e os impreſſores de Sevilha, tambem do ſeculo XV, Meynardo Ungut e ſocio Staniſlau Polono, igualmente de um *colophon* compoſto do circulo e cruz, mas eſta de dois braços.

(37) Traducção franceza do apellido milanez *Buognomini.* João Pedro, em Lisboa, tambem traduzio ás vezes o apellido, dizendo-ſe *bonis hominibus,* em latim, e *bõo-homini,* em quaſi-portuguez.

com o n.º 4494, um livro intitulado *De Natura aquatilium carmen,* de F. Bouſſueti, Ludguni, 1558, impreſſo por M. Bonhomme, o meſmo que em 1556 ahi imprimíra o *Orlando Furioſo.*

Depois de 1514 não nos conſta, porém, que em Portugal exiſtiſſe impreſſor algum de nome Bonhomme (Buonhomini) apeſar dos parentes de João Pedro, impreſſores como elle, continuarem a exercer a ſua profiſſão em França.

VII

EDIÇÃO DE 1521

Na primeira página o eſcudo real, encimado de elmo, coroa aberta, e timbre, e tudo mettido dentro de uma bordadura, com quatro eſpheras armillares; a gravura, que é aberta em madeira, tem 27 centimetros de alto, e na parte inferior:

«O primeiro liuro das ordenações.»

No verſo o prologo, que é identico ao da edição de 1514, exceptuando no fim, deſde as palavras «Salvo ſe depois forẽ feitas ꝑ nos ou por Reis noſſos ſubceſſores,» etc. que foram ſubſtituidas pelas ſeguintes:

«e capitolos de cortes q̃ ate aqui ſam feitos: ſaluo as q̃ ſe acharẽ eſcriptas no
«liurinho da noſſa rolaçã q̃ ora nouamẽte mandamos ſazer: q̃ por nos ſera aſi
«nado: porq̃ poſto q̃ ſejã feitas antes deſta impreſſam: e neſtes liuros nõ ſejam

«encorporadas: mãdamos q̃ ſe guardẽ como nellas for cõ-
theudo.»

Na ſegunda folha

«Seguefe atauoada deſte primeyro
«liuro das ordenaçoẽs.»

e occupa a *tauoada* até a folha terceira. A folha quarta e primeira numerada começa

«Do regimento do regedor da juſtiça.
«In nomine dñi noſtri Jeſu xp̃i.
«Começa op̃meiro liuro das ordenaçoẽs.
«Titulo primeiro Do regimẽto do re
«gedor da juſtiça na caſa da ſopricaçam»

Comprehende eſte livro 160 folhas, numeradas na frente de *j* a *clx,* com *lxxviij* titulos, e no fim do roſto da última folha tem a ſeguinte rúbrica do impreſſor.

«Aqui acaba op̃meiro liuro
«das ordenaçoẽs. Foi impreſſo em
«ha çidade Deuora por Ja
«cobo cronberguer
«alemam.»

. . .

O ſegundo livro começa igualmente pela
«Tauoada.
«Seguefe atauoada deſte ſegundo li-
«uro das ordenaçoẽs.»

Occupa a *tauoada* duas ſolhas innumeradas. Na ſeguinte, e primeira numerada:

*

«Em q̃ caſos os creligos e religioſos hã de reſpõder.
«Aqui começa o ſegũdo liuro.
«Titulo primeiro. Em q̃ caſos os cre-
«liguos e religioſos ham de reſponder : perante as juſtiças
«ſeculares.»

Folhas *j* a *lxix,* numeradas na frente, comprehendendo *l* titulos.

Na folha immediata, que é innumerada, a ſeguinte rúbrica do impreſſor:

«Aqui acaba o ſegũdo liuro
«das ordenaçoẽs. Foy impreſſo em
«ha çidade d'Lixboa por Ja
«cobo cronberguer
«alemam. (38)

.
. . .

«a b c d e f g h i.ʼ Todos ſom quadernos : ſaluo
«h que he quinterno : e i que he duerno.»

Dá princípio ao terceiro livro o eſcudo real, repetição da 1.ª eſtampa, dizendo-ſe em baixo da gravura:

«Oterceiro liuro das ordenaçoẽs.»

(38) Em o noſſo anterior trabalho diſſemos que eſte livro fôra impreſſo em Evora, o que provocou reparos, aliás juſtificadiſſimos, por parte da imprenſa. No artigo tranſcripto a pag. 6, e que ſe publicou no *Jornal do Commercio* de Liſboa, demos a raſão, aliás pouco ſatisfatoria, da cauſal do equivoco. Aqui novamente o ractificâmos, ſendo para lamentar que num eſtabelecimento público ſe tolere num livro uma indicação, hoje reconhecidamente errada, e que póde induzir outros em êrro, como nos ſuccedeo, por acceitar como authentica aquella indicação viciada.

No verſo começa a

« Tauoada
« Seguefe atauoada deſte terçeiro li-
« uro das ordenaçoẽs. »

Occupa tres folhas. Na quarta, que não é numerada:

« O terçeiro liuero das ordenaçoẽs.
« Titulo primeiro Das citaçoẽs e
« como ham de ſeer feitas. »

Segue a numeração deſde *fo. ij.* até folhas *xcvj*, comprehendendo *xc* titulos; no verſo da última folha eſtá a rúbrica:

« Aqui acaba oterçeiro liuro
« das ordenaçoẽs. Foi impreſſo em
« ha çidade d'Lixboa por Ja
« cobo cronberguer
« alemam. »

* * *

Em ſeguida eſtá a taboada do quarto livro, que occupa as folhas innumeradas 1.ª e 2.ª e o verſo da terceira, e começa aſſim:

« Seguefe atauoada deſte quarto li-
« uro das ordenaçoẽs. »

A folha ſeguinte, e primeira numerada, principia:

« Da declaraçã da valia das liuras e doutras moedas.
« Começa oquarto liuro.
« Titulo primeiro Da declaraçã dava-
« lia das liuras e doutras moedas. »

Segue-ſe a numeração até folhas *lxv*, e abrange *lxxxij* titulos; e na ſeguinte, que não é numerada, a rúbrica:

« Aqui acaba oquarto liuro
« das ordenaçoẽs. Foi impreſſo em
« ha çidade Deuora por Ja
« cobo cronberguer
« alemam
.
. . .
« aaaa b c d e f g h.
« Todos ſam quadernos ſaluo .h. q̃
« he quinterno. »

Antecede o quinto livro a

« Tauoada.
« Segueſe atauoada deſte quinto li-
« uro das ordenaçoẽs. »

Occupa tres folhas innumeradas, e o roſto da quarta. A quinta, e primeira numerada, principia:

« Da ordẽ q̃ ojulguador tera nos feitos crimes.
« Começa oquinto liuro das ordenaçoẽs.
« Titulo primeiro Da ordem que ojul
« guador tera nos feitos crimes. »

Abrange até folhas *xcvij*, e contém *cxiij* titulos.
A folha *xcviij*. tem a ſeguinte declaração:

« E pera que na impreſſam d'eſtas
« ordenaçoẽs q̃ ora mandamos imprimir ſe nõ

«possa acreçentar nẽ mingoar cousa algũa: mã
«damos que lhes seja dada fee e autoridade sen-
«do assinado no fim de todos çinco liuros por
«dous dos q̃tro desẽbargadores seguĩtes: cõuẽ
«asaber: ho doutor Joã cotrĩ: e ho doutor Joã
«de faria: e ho doutor Pero Jorge e ho liçẽçiado Xp̃ouã esteuẽz: q̃
«ꝑa elo ordenamos. E nõ sẽdo asinados por dous d'les como dito
«he: nõ lhe sera dada fee algũa nẽ credito. E nõ se podera mais ven
«der toda aobra destes çinco liuros: q̃ por q̃troçẽtos reaes. E vẽdẽ
«doos algũa pessoa por mais preço: pagara çẽ cruzados: a metade
«ꝑa quẽ o acusar: e a outra metade ꝑa os catiuos: e mais sera
degra
«dado dous annos pera aalẽ.
«E estes liuros sam çinco liuros: conuẽ a saber. Primeiro. Segun
«do. Terçeiro. Quarto. Quinto. E cadahuũ deles leua os quader
«nos e folhas seguintes: conuẽ asaber.
«Ho primeiro liuro tẽ vinte quadernos: cõuem asaber. a b c
«d e f g h i k l m n o p q r s t v E todos sam qua
«dernos de oito folhas cadahuũ. E tem .clx. fo.
«Ho segundo tẽ noue quadernos: conuẽ asaber: a b c d e
«f g h i Todos sam quadernos de oito folhas cadahuũ: tirã-
«do .h. q̃ tem dez folhas e .i. que tẽ quatro folhas: e tem .lxix. fo.
«Ho terçeiro tem doze quadernos: conuẽ asaber: a b c d e f
«g h i k l m Todos sam quadernos de oito folhas cadahũ.
«E tem xcvj. fo.
«Ho quarto tẽ oito quadernos: cõuẽ asaber: a b c d e f g
«h Todos sam quadernos de oito folhas cadahũ: tirãdo .h. q̃
«tem dez folhas: e tem .lxv. fo.
«Ho quinto tẽ doze quadernos: cõuẽ asaber: a b c d e f g
«h i k l m Todos sam quadernos de oito folhas cadahũ: ti-
«rando .m. que tẽ dez folhas: e tem .xcviij. fo.
«E aalem desto cada liuro tẽ sua tauoada d' todos os titulos q̃ se
»nele contẽ: e aas q̃ntas folhas se achara cada titulo: e mais ho pri-

«meiro liuro: no começo tẽ hũ prologo cõ as noſſas armas de por
«tugal.

«Fim.

A rúbrica final do impreſſor encontra-ſe no verſo da folha *xcviij*, e é do theor ſeguinte:

«Aqui acaba oquinto liuro das orde-
«nações: Foi impreſſo em ha çidade de Lixboa por
«Jacobo cronberguer alemam: aos on-
«ze dias do mes de Março: an-
«no de mill e quinhẽtos
«e vimte e huũ
«annos
.
. . .
«Deo gratias.»

O formato é *in-folio*, caracteres gothicos. Eſta edição encontra-ſe geralmente dividida em dois volumes, compoſto um, dos livros 1.º e 2.º, e outro dos 3.º, 4.º e 5.º O total das folhas é de 505, ſendo 487 de texto das *Ordenações*, e 18 comprehendendo os roſtos, prologo, tavoadas, ſubſcripções. As paginas de texto compacto, deſcontando cabeças e reclamos, teem 138 millimetros de largo e 213 de alto.

Sabemos de differentes exemplares d'eſta edição. Ha um na Bibliotheca do Porto, ao qual faltam as primeiras quatro folhas, a que devêra ter a rúbrica final do livro 2.º, que eſtá manuſcripta (39), e as duas da *Tauoada* do livro 3.º — Outro na Bibliotheca de Lisboa, ſendo o 5.º livro da edição impreſſa por Germão Galharde. Outro na Bibliotheca eborenſe, e mais

(39) Vej. a nota 38.

dois volumes, comprehendendo cada um ſó os livros 3.º, 4.º e 5.º Outro na Bibliotheca da Univerſidade, com a *Ordenaçam da ordem do juizo,* de 1526, no fim; e mais um volume comprehendendo os livros 3.º, 4.º e 5.º: e no depóſito dos livros outro volume, com os 1.º e 2.º

D'eſtes exemplares todos apenas vimos o que pertence á Bibliotheca portuenſe, o qual eſtá aſſignado por *João de Faria,* não ſe podendo averiguar o nome do outro deſembargador que o aſſignou, por não eſtar completa a folha. Temos porém viſto e examinado outros exemplares, ſendo: um, que pertence ao ſr. dr. João Vieira Pinto, com as aſſignaturas de *Pero Jorge* e *Chriſtovão Eſteves;* outro do ſr. Antonio Moreira Cabral, com as aſſignaturas de *João de Faria* e *Chriſtovão Eſteves;* outro, do ſr. deſembargador Manoel Franciſco Pereira de Souſa, mas do qual o 5.º livro é da edição de Germão Galharde; outro, do ſr. Antonio Joaquim d'Oliveira Naſcimento, com as aſſignaturas de *João de Faria* e *Chriſtovão Eſteves;* e ainda outro exemplar, que pertence ao ſr. Viſconde d'Azevedo, aſſignado por *Pero Jorge* e *Chriſtovão Eſteves.*

VIII

JACOB CRONBERGUER

Eſte impreſſor era allemão, como o indíca o ſeu apellido, e provavelmente filho de outro, que teve officina em Nuremberg de 1473 a 1513.

O que preſumimos ſeu aſcendente, chamava-ſe Antonio Coburger, Koberger, ou Koburger, e a ſeu propoſito diz Karl Falkenſtein o ſeguinte: «De uma velha e honrada familia de Nuremberg, e filho de Henrique Koberger, tambem muitas

vezes chamado Coburger, e de Agnez Glockengiesserin, é chronologicamente o terceiro, mas pela importancia dos seus trabalhos o primeiro dos impressores da sua cidade natal. Amigo da sciencia e da arte, considerado, rico e sabio, soube dar em pouco tempo ao seu trafego uma importancia tal que já os seus contemporaneos o denominavam o *Rei dos impressores,* «Köning der Buchdrucker». Tinha na sua officina diariamente em serviço vinte e quatro prensas, e mais de cem operarios occupados como typographos, revisores, impressores, encadernadores, directores e illuminadores. (40) Livreiro ao mesmo tempo, sustentava casas em Nuremberg, Francfort-sobre-o-Meno, Veneza, Hamburgo, Ulm, Augsburgo, Basilea, Erfurth, Vienna, e em outros logares, com empregados especiaes, não contando os armazens correspondentes; e até mandava imprimir por sua conta em officinas alheias, como por exemplo á de João Amerbach, de Basilea, e á de Jacob Sacon, em Lyon... Todas as suas obras se distinguem pela correcção e elegancia, e contam-se para cima de duzentas. (41) Antonio

(40) Edmond Werdet, na sua *Histoire du Livre en France,* diz o seguinte, com referencia a este impressor: «De 1473 à 1590, Antoine Koburger occupait vinte-quatre presses à Nuremberg; il avait, en outre, des magasins dans seize villes et des commis-voyageurs dans l'Europe entiere.»

(41) A Bibliotheca nacional possue d'este impressor 19 edições, impressas todas em Nuremberg durante o xv seculo, e são as seguintes:

Biblia sacra — 1479.
Speculum aureum, de Henricus Herp — 1481.
Vita Christi, de Baptista Platino — 1481.
Summa theologica, de Alexandre de Ales — 1482.
Vita Christi, de Ludolfo de Saxonia — 1483.
De proprietatibus rerum, de Bartholomeum Anglicus — 1492.
Registrum hujus operis libri Cronicarum, de Schedel Hartman, — 1494.
Fortalatium Fidei, de Alfonsus Spinola — 1494.
Homiliarius Doctorum, super Evangeliis de tempora et Sanctis, — 1494.
Sermones de tempore et de Sanctis, de Johannes Herolt — 1494.
Tractatus varii, de Henricus Institor — 1495.
Sermones alias hortulus regine de Sanctis, de Meffreth — 1496.

Koberguer morreu em 1513... G. S. Waldau deſcreveo a actividade d'eſte homem extraordinario no ſeu excellente livro *Leben Anton Coburger's* (Vida de Antonio Coburguer). Dreſde e Leipzig 1786, in-8.º» (42)

A propoſito de Jacob Cronberguer diz A. R. dos Santos na *Mem. para a hiſtor. da typogr.*, publicada no vol. VIII das *Memorias de Litteratura*, pag. 119, o ſeguinte:

«Era allemão, e foi mandado vir a eſtes reinos nos principios do ſeculo XVI pelo ſenhor Rei D. Manoel, que lhe fez grande honra e gaſalhado, e lhe deu uma carta de privilegios, paſſada em Santarem aos 20 de fevereiro de 1508, pela qual lhe concedeu as honras de cavalleiro da ſua caſa. Teve officina em Lisboa e em Evora, com grande credito do ſeu nome; elle foi o que fez a primeira edição da ſegunda compilação das *Ordenações* do ſenhor rei D. Manoel, de 1521, da qual publicou o primeiro e quarto volume em Evora, e o ſegundo, terceiro e quinto em Lisboa; eſteve em Sevilha, aonde imprimiu em 1539 os quatro livros das meſmas *Ordenações* de 1521, eſtampando o quinto em Lisboa, terceira edição da ſegunda compilação.»

Vê-ſe pois que o benemerito academico ſó conheceo de Jacob Cronberger a edição das *Ordenações* de 1521, apeſar

Lombardica hyſtoria que a pleriſque Aurea legenda ſanctorum appellatur, de Jacobus Voragine — 1496.
Sermones Theſauri novi de tempore — 1496.
Tulius de Oratore — 1497.
Juvenalis Satiræ — 1497.
Poſtilla ſuper pſalterium, de Hugo de Sancto Claro — 1498.
Trilogium anime, de Ludovicus Pruſia — 1498.
Scriptorum in primum librum Sententiarum — 1499.
No catalogo de Brockhaus, de Leipzig, — 1871, dos *Incunabeln*, etc., annunciaram-ſe para venda 4 edições d'eſte meſmo impreſſor; nos de Troſſ, n.º 1 de 1871, e alguns ſeguintes, apparecem relacionadas diverſas edições de A. Koburguer.

(42) Karl Falkenſtein — Geſchichte der Bruchdruckerkunſt, Leipzig, 1840, pag. 162-163.

*

do *grande credito* com que este impressor exerceo em Lisboa e Evora a sua profissão.

E nem podia vêr mais edições feitas em Portugal por Cronberguer, porque até 1520 imprimiu elle em Sevilha, onde teve officina, da qual sahiram, entre outras, as obras seguintes:

1504—*Odæ in dei paræ Virginis laudem*—de Antonio de Carrion.

1513—*Los morales de S. Gregorio*—de Affonso Tavares de Toledo.

1516—*Lamedor espiritual*—de Gomes Garcia.

1519—*Summa de Geographia*—de Martin Fernandes de Enciso.

1519—*Opus de Rerum Proprietatibus*—de Bartholomeu Granville.

1520—*Propallia*—de Bartholomeu de Torres Naharro.

1520—*Itenerario del venerable varon Micer Luiz Patricio Romano*—de Christovão dos Arcos.

Ha lacunas, e muitas, nesta relação, que mais não lográmos completar; mas por ella se conhece onde e quando Jacob Cronberguer exerceo a sua profissão.

Em quanto á edição de 1539, da qual A. R. dos Santos diz ter Jacob Cronberguer impresso quatro livros em Sevilha e o quinto em Lisboa, foram todos impressos em Sevilha, por João Cronberguer.

Todavia D. Manoel distinguio este impressor «quando em 1508 o fizera vir a Portugal para imprimir as *Ordenações do Reino*» como se lê no *Panorama*, vol. III da primeira serie, pag. 267, em artigo que tracta de Craesbeeck, e *extrahido de uma memoria genealogica contemporanea*. A distincção vê-se da seguinte carta regia:

«Dom Manuell, etc. A quamtos esta nosa carta virem fasemos saber que avemdo nos Respeyto ao que em sua petiçam diz Yacobo cromberger alemam impremidor de lyvros e como

per noſo mandado nos veo ſervir a eſtes Regnos e quam neceſaria he a nobre arte de impreſam nelles pera o bom governo porque com mais facellidade e menos deſpeſa os meniſtros de yuſtiça poſſam uſar de noſas leys e ordenaçoẽs e os ſacerdotes poſſam adminiſtrar os ſacramentos da madre ſanta egreya e querendo lhe fazer graça e merce temos por bem que o dito Yacobo cromberger e todos os outros emprimidores de livros que nos ditos noſos Regnos e ſenhorios autuallmente. (43) uzarem a dita arte dempreſam tenham e ajam aquellas mesmas graças privillegios liberdades e homras que ham e deuem aver os cavalleiros da noſa caſa per nos confirmados poſtoque nom tenham cavallos nem armas ſegundo ordenança e que por taes ſeiam tidos e avidos em toda parte com tall entendimento que os ditos emprimidores que ora ſam e per o tempo forem em eſtes noſos Regnos e ſenhorios que do dito privillegio ouverem de gozar tenham de cabedall duas mil dobras douro (44) E mais que ſeiam criſtaõs velhos ſem parte de mouro nem de yudeu nem ſoſpeita de alguma heregia nem tenham emcorrido em ymfamia nem em crime de leza magestade e doutra maneira nom porque aſy o ei por mais ſerviço de noſo ſenhor e noſo e bem deſtes noſos Regnos pollo perigo que pode aver de nellas ſe ſemearem algumas heregias per meo dos livros que aſy emprimirem. E mandamos a todollos oficiaes e peſoas dos ditos noſos Regnos e ſenhorios a que

(43) Os impreſſores que em 1508 exerciam a ſua arte em Portugal eram apenas o allemão Valentim Fernandes, de Moravia—e o italiano João Pedro Bonhomini, de Cremona.

(44) Talvez e dobra cruzada, que valia 270 reis, valendo então o marco de prata 1$260. Sendo aſſim, 2000 dobras repreſentavam o *cabedal* de 540$000, e o rendimento annual de 27$000 reis, por então baſtante para um cavalleiro da caſa de el-rei ſuſtentar a ſua dignidade.

A dobra d'ouro valeria hoje 3$261 reis, e as 2000=6.582$900 reis, iſto é, repreſentariam um rendimento annual de 329$100 reis.

As dobras *valedias* e de *França,* tambem correntes em tempo de D. Manoel, tinham valor menor.

eſta noſa carta for moſtrada e o conhecimento della pertencer que aos ditos ymprimidores que o dito cabedall e as mais couſas teverem e dellas uzarem em proll deſtes noſſos Regnos e ſenhorios guardem o dito privillegio homras e leberdades aſy e tam compridamente como em eſta noſa carta he conteudo ſem duvida nem embargo allgum que a ello lhe ſeya poſto porque aſi he noſa merce. dada em a noſa villa de ſamtarem a xx dias de fevereiro allvoro da maya a fez anno de noſo ſenhor jheſu chriſto de mill e v^{e} VIII annos.» (45)

Por eſte documento ſe infere que Jacob Cronberguer veio a Portugal em 1508. Viria meſmo convidado, e expreſſamente para imprimir as *Ordenações,* ainda por então não promptas para entrar no prelo, e por iſſo talvez ſe tornaſſe a Sevilha, onde continuou a imprimir. Em 1521 voltou, e imprimio as novas *Ordenações,* unica obra impreſſa por elle em Portugal, e de que temos noticia, d'entre as ſahidas de prelos portuguezes no ſeculo XVI. (46)

Preſumimos que Jacob Cronberguer falleceria em Sevilha em 1528; d'eſſe anno ainda, encontrâmos no *Catalogue de la Bibliotheque de feu M. le Marquis de Morante,* Paris, 1872, ſob o numero 1776, o *Libro que tracta de las illuſtres mugeres,* de Bocacio, que termina «*la preſente obra fué acabada en la inſigne y muy noble ciudad de Sevilla por industria y expenſa de Jacobo Cromberger Alemano, año 1528;* e d'eſte anno em diante começaram a apparecer as edições feitas por *Juan Cronberger.* Nicolau Ant., na *Biblioth. Hiſp.,*

(45) *Archivo nac.* — Chanc. de D. Manoel, liv. 5, fl. 6, v. Eſte documento já foi publicado na *Synopſis,* por nós, e não ſabemos ſe por alguem mais. Obtivemos nova copia do *Arch. nac.,* e vae tranſcripto com a orthographia do original.

(46) Sem pretenções de fazermos alarde de conhecimentos archeologo-bibliographicos, mas unicamente para reforçar o texto, declarâmos que até ao preſente conſeguimos obter nota de perto de 900 obras impreſſas em Portugal durante o XVI ſeculo, das quaes a maior parte examinámos occularmente.

vol. I, pag. 99, (edição de Roma) no artigo relativo a fr. Antonio de Guevara, menciona o *Relox de Principes,* dando-o como impreſſo em 1532 em Sevilha por Jacobo Cronberger —*Hiſpali apud Jacobum Cromberger.* Não encontrámos ainda o livro, mas perſuadimo-nos que ha equivoco na data, ou nome do impreſſor.

IX

EDIÇÃO APOCRIPHA DE 1526

Quando ſe tem tractado das edições das *Ordenações,* tem-ſe geralmente dito que Germão Galharde fez uma edição em 1526, a qual terminára a 26 de julho d'eſſe anno. Tractando do aſſumpto, diſſemos nós, em as *Curioſidades Bibliographicas— II— Ordenações do Reino, edições do ſeculo XVI:*

«Na *Synopſis Chronol.,* vol. I p. 259 diz-ſe que em Lisboa a 27 de julho de 1526 acabára Germão Galharde a 2.ª edição da 2.ª compilação das *Ordenações:* no prologo d'ellas da edição de Coimbra de 1797, a pag. XXVIII, diz-ſe a meſma coiſa, deſignando egual data. Barboſa, na ſua *Bibl. Lus.,* já diſſera o meſmo, e outros o repetiram. O facto foi conteſtado, e houve raſão para ſel-o.

«Deu origem ao engano a exiſtencia de um exemplar, que nos perſuadimos unico, e exiſtente na Bibliotheca da Univerſidade de Coimbra.

«Juncto ás *Ordenações* de 1521 encontra-ſe encadernado um exemplar da *Ordenaçam da ordem do juizo,* impreſſo em Lisboa por Germão Galharde em 1526. Barboſa, ou o ſeu pouco conſcienencioſo informador, tomou a data ou ſubſcripção final da última obra pela da primeira, da qual ſe contentou

com ver o roſto, bem como da última ſe não cançou muito a ler a ſubſcripção.

«A *Ordenaçam da ordem do juizo* é *in-folio,* impreſſa em caracteres ditos gothicos, e apenas conſta de 10 folhas, iſto é, 20 paginas. A ſubſcripção final é a ſeguinte, que tranſcrevemos fielmente:

— «Foi impreſſa eſta ordenaçam da ordem do juizo per mãdado delRei noſſo ſenhor em a çidade de Lixboa. A vinte e ſete dias do mes de Julho de mil e quinhentos e vinte e ſeis annos. Per Germam Galharde ✠ Deo Gracias.»

«A data é a meſma que ſe attribue á tal edição das *Ordenações* do reino, *2.ª edição da 2.ª compilação,* e a que ſe refere o deſembargador Ferreira Gordo.

«Perſuadimo-nos que não é preciſo inſiſtir nem accreſcentar mais, para que ſe elimine da liſta das *Ordenações do Reino* a edição de 1526, que ſó um equivoco produzio.»

A eſte reſpeito, diz o *Conimbricenſe* n.º 2475 de 15 de abril de 1871, em artigo no qual aprecia o noſſo anterior trabalho:

«O ſr. Tito de Noronha cometteu um grave êrro, quando negou poſitivamente a exiſtencia da edição de 1526, feita em Lisboa por Germão Galharde, e a que chama *edição apocripha.* Sem dúvida foi a iſſo levado pelo que anteriormente diſſeram alguns eſcriptores a tal reſpeito.

«Diz o ſr. Tito de Noronha *(tranſcreve a parte que reproduzimos.)*

«Em contrário do que diz tão afirmativamente o ſr. Tito de Noronha, e d'aquelles que foram de igual opinião, podêmos contrapor um volume, contendo os cinco livros das Ordenações de D. Manoel, impreſſas por Germam Galharde, o qual temos preſente e que pertenceu ao erudito João Pedro Ribeiro.

«No fim do primeiro livro d'eſſa edição das Ordenações,

lê-ſe o ſeguinte: — *Aqui acaba o primeiro liuro das ordenações. Foi impreſſo em ha çidade de Lixboa por Germão Galharde. Frances.*

«Identica declaração ſe lê no fim dos livros ſegundo, terceiro e quarto.

«Falta-lhe a última folha, aonde deveria eſtar a data, mas alem de ter no fronteſpicio, por letra manuſcripta do ſabio João Pedro Ribeiro — *Lisboa; Germam Galharde, 27 de julho de 1526* — acreſce que neſſe meſmo dia, mez e anno imprimiu Germam Galharde a *Ordenaçam da ordẽ do juizo,* em igual typo, formato e papel.

«Seja como for, o que não pode ter dúvida nenhuma é a exiſtencia de uma edição feita em Lisboa por Germam Galharde, porque a temos á viſta, apeſar do ſr. Tito de Noronha lhe chamar *apocripha.*

«Já o eſcriptor Joſé da Silva Coſta quiz conteſtar a affirmativa de Monſenhor Ferreira Gordo, ácerca da exiſtencia da edição de 1526. Dizia Joſé da Silva Coſta, que Monſenhor Ferreira Gordo ſe havia enganado, porque tendo viſto um exemplar da *Ordenação da ordem do juizo* (impreſſo em 27 de julho de 1526 por Germam Galharde), addicionado a um exemplar das Ordenações da edição de 1521, tomára por data da edição das Ordenações, o que era de differente publicação.

«Quem porém ſe enganou foi o critico Joſé da Silva e Coſta, porque com quanto ſeja verdadeiro o facto, como ja occularmente tivemos occaſião de verificar, de eſtarem encadernadas em um meſmo volume as duas mencionadas publicações de 1521 e 1526; tambem é certa a exiſtencia em ſeparado, como aſſeverâmos, da edição das Ordenações por Germam Galharde.... — *Joaquim Martins de Carvalho.*»

Apeſar porém do expoſto, verificou-ſe depois que a edição de Galharde não fôra impreſſa em 1526, e o meſmo ſr. Joa-

quim Martins de Carvalho, por descoberta posterior, assim lealmente o declara (*Conimbricense* n.º 2484) Não se fez, pois, edição em 1526, apesar do testemunho de Ferreira Gordo, da auctoridade de João Pedro Ribeiro, e da affirmativa dos que os seguiram.

O equivoco nasceo effectivamente de se encontrar appenso ao exemplar consultado por monsenhor Ferreira Gordo a *Ordenaçam da Ordem do juizo,* levando uma profunctoria analyse a tomar-se por subscripção final das *Ordenações* a da obra juncta, equivoco provavel, attendendo a que a *Ordenaçam da Ordem do juyzo* é no mesmo formato e typo, e apenas consta de 10 folhas.

Num exemplar das *Ordenações,* da edição de Germão Galharde, que pertence ao sr. desembargador Moura, tambem se encontra appensa a *Ordenaçam da Ordem do juyzo.* Na Bibliotheca eborense ha outro exemplar, tambem com o mesmo appenso.

X

EDIÇÃO DE 1533

No centro da página do rosto o escudo real, gravura em madeira, proximamente quadrangular, de 11 centimetros; na parte inferior do escudo:

«O primeiro liuro das or-
«denaçoẽs. Com preuilegio
«real De sua alteza.»

Sendo tudo ornamentado com uma vinheta, na parte inferior da qual ſe encontra a eſphera armillar, diviſa de D. Manoel, cintada com uma fita com a letra «*Spes mea in Deo me.*

No verſo do roſto eſtá o alvará de privilegio, paſſado a favor de Luiz Rodrigues, livreiro d'elrei, alvará que occupa 26 linhas de texto, e é do theor ſeguinte:

« Eu elrey faço ſaber a quã
«tos eſte meu aluara virem que por ſaber q̃ dos
«liuros das ordenaçoẽs que elrey meu ſenhor e
«padre que ſanta gloria aja: mandou emprimir
«nam auia ja ninhuũas pera vender. E q̃ muytas
«partes tinhã neçeſidade de as auer: e as nam achauã. Mandey
«q̃ Luis rodriguez meu liureyro ẽpremiſe outras taes como as
«que ho dito ſenhor fez de verbo a verbo ſem mudar nem acreçen
«tar: nem tirar ninhuũa palaura nem letra. E ey por bem que ſejã
«aſinadas ꝑ ho liçençiado xpouão eſteuẽz da eſparguoſa: do meu
«conſelho e deſembarguador do paço e pitiçoẽs: E per ho doutor
«Pero jorge: outro ſy do meu cõſelho e chãceler da caſa do ciuel.
«E as q̃ por eles ambos forem aſinadas: eſas podera o dito Luis
«rodriguez vender per ſy ou per quem elle ordenar. E ſe comprirã
«inteyramente aſſy como as outras que ho dito ſenhor mãdou im-
«premir. Sendo taes huũas como as outras: ſem nenhũa mudãça
«como dito he. E qualquer peſſoa que as vender: ou as teuer ſem
«ſerẽ aſignadas per os ditos Xp̃ouão eſteuẽz e Pero jorge como
«dito he. Sera degradado por quatro annos pa os luguares dalẽ.
«E mais pagara dozentos cruzados para ho meu eſprital de to-
«dolos ſanctos da çidade de Lixboa. E eſte meu aluara ſerá trela-
«dado no começo das ditas ordenaçoẽs. Fernã da coſta ho fez
«em Euora a dezaſete dias de Junho de mil e quinhentos e trin-
«ta e tres.

*

« Aluara ſobre os liuros das ordenaçoẽs que uoſſa alteza « mandou imprimir. »

Na folha ſeguinte, tambem innumerada, eſtá o Prologo, no qual D. Manoel determina que a nova compilação ſe guarde e practique e valha para ſempre, revogando as anteriores ordenações. Eſte prologo é o meſmo que ſe encontra no verſo do roſto da edição de 1521, mas com baſtantes differenças orthographicas.

Na terceira folha:

« Segueſe atauoada d'ſte primeiro
« liuro das ordenaçoẽs. »

E occupa a *tauoada* até a quarta folha innumerada. A folha quinta, e primeira numerada *Fo. j,* começa :

« Do regimento do regedor da juſtiça.
« In nomine dñi noſtri Jeſu xp̃i.
« Começa op̃meiro liuro das ord'naçoẽs
« Titulo p̃meiro Do regimẽto do
« regedor da juſtiça na caſa da ſopricaçam. »

Comprehende eſte livro *clx* folhas numeradas de *j* a *clx,* com *lxviij* titulos, e no roſto da última folha tem a rúbrica ſeguinte:

« Aqui acaba op̃meiro liuro
« das ordenaçoẽs. Foi impreſſo em
« ha çidade de Lixboa por Ger
« mão Galharde.
« Françes. »

.
. . .

O ſegundo livro começa igualmente pela

«Tauoada.
«Segueſe atauoada deſte ſegũdo li-
«uro das ordenaçoẽs.»

A *tauoada* occupa duas folhas innumeradas. Na ſeguinte, e primeira numerada, principia:

«Em q̃ caſos os clerigos e religioſos hã de reſpõder.
«Aqui começa oſegũdo liuro
«Titulo primeiro. Em q̃ caſos os cre
«liguos e religioſos ham de reſponder: perante as juſtiças
«ſeculares.

Folhas numeradas de *j* a *lxix,* comprehendendo *l* titulos. Na folha ſeguinte, que é innumerada, a ſubſcripção:

«Aqui acaba oſegũdo liuro
«dos ordenaçoẽs. Foy impreſſo em
«ha çidade de Lixboa por Ger
«mam Galhard
«Frãçes.
. .
. . .
«a b c d e f g h i. Todos ſom quadernos: ſaluo
«h que he quinterno: e i que he duerno.

Abre o terceiro livro uma gravura, repetição da do primeiro, excepção feita da cercadura, que é differente, e não tem a esphera, e diz na parte inferior do eſcudo real:

«O terceiro liuro das or-
«denaçoẽs

No verſo começa a

« Tauoada.
« Seguefe atauoada deſte terceiro li
« uro das ordenaçoẽs.

Occupa tudo tres folhas. A immediata principia:

« O terçeiro liuro das ordenaçoẽs.
« Titulo primeiro Das citaçoẽs e
« como ham de ſer feitas. »

A numeração vae até folhas *xcvj.*, numeradas todas menos primeira, que é innumerada. No verſo da última folha eſtá a ſubſcripção:

« Aqui acaba oterçeiro liuro
« das ordenaçoẽs. Foi impreſſo em
« ha cidade d' Lixboa por Ger-
« mam Galhard.
« Frances. »

. . .

Seguidamente eſtá a

« Tauoada
« Seguefe atauoada deſte quarto li
« uro das ordenaçoẽs. »

Occupa duas folhas e o roſto da terceira. A folha ſeguinte, numerada *j.*, principia:

« Da declaraçã da valia das liuras e doutras moedas.
« Começa oquarto liuro.
« Titulo p̃meiro Da d'claraçã da va
« lia das liuras e doutras moedas. »

Occupa efte livro *lxv.* folhas, numeradas na frente, e comprehende *lxxxij* capitulos. Na folha feguinte, que é innumerada, eftá a fubfcripção:

«Aqui acaba oquarto liuro
«das ordenaçoẽs. Foi impreſſo em
«ha çidade de Lixboa por
«Germã galharde.

∴

«aaaa b c d e f g h.
«Todos ſam quadernos ſaluo .h. q̃
«he quinterno.

Na folha immediata eftá a

«Tauoada.
«Seguefe atauoada defte q̃nto li-
«uro das ordenaçoẽs.»

A *tauoada* occupa tres folhas innumeradas e o rofto da quarta. A folha feguinte, numerada *j.*, começa:

«Da ordẽ q̃ ojulguador tera nos feitos crimes.
«Começa oq̃nto liuro das ord'naçoẽs
«Titulo primeiro Da ordẽ que ojul
«guador tera nos feitos crimes.»

Abranje *xcvij* folhas e *xciij* titulos. No rofto da folha feguinte, numerada *xcviij,* encontra-fe reproduzida a declaração que eftá em folha identica na edição de 1521, falvo algumas pequenas mudanças orthographicas. No verfo d'efta folha eftá a fubfcripção:

«Aqui acaba o quinto liuro das ordẽ
«naçoẽs. Foi impreſſo em açidade de Lixboa por
«Jacome crõberguer alemam: aos onze
«dias do mes de Março: anno
«de mill e quinhentos:
«e vinte e huũ
«annos.

.
. . .

«Deo graçias»

Na folha ſeguinte, innumerada:

«E porque neſta impreſſam deſtes liuros por culpa do impreſſor vam
«em algũuas ꝑtes hũa letra por outra: e aas vezes: hũa letra ſobeja:
«ou minguada. E por nõ ſerem de tanta ſubſtançia: para ſe de todo auer
«de correger hũa folha: porem pera nom fazer duuida: q̃ndo ſe acharẽ as
«ditas letras erradas: em lugares que pareça: que muda: a ſeneficaçam
«as pus ao diante .ſſ. em que liuro: e as quãtas folhas: e regras vã: e ſam
«as ſeguintes. ec.»

Seguem-ſe depois as erratas, que pertencem, ao livro primeiro — 23; ao ſegundo, — 15; ao terceiro — 22; ao quarto — 19; ao quinto — 23.

As erratas enchem tres ſolhas e o roſto da quarta.

O formato é *in-folio,* caracteres gothicos, e comprehende a edição 510 folhas, das quaes 487 de texto das Ordenações, e

23 de roſtos, prologo, taboadas, ſubſcripções e erratas. O typo é mais alto e eſtreito do que a da edição de Jacob Cronberguer: as paginas compactas de texto, fóra cabeças e reclamos, teem 130 millimetros de largo por 226 de alto, iſto é, ſão mais eſtreitas 8 millimetros e mais altas 13 millimetros do que as da edição anterior. A impreſſão é muito nitida, e differença-ſe bem da anterior pelo typo, e pela côr da tinta, que é mais preta e luzidia.

A ſubſcripção final do último livro é tambem impreſſa por Germão Galharde, o qual a copiou, como fez o impreſſor da edição de 1539, da de 1521, ſubſtituindo o nome de *Jacob* pelo de *Jacome*, provavelmente por equivoco, ou por incorrecção, aliás vulgar nas edições quinhentiſtas.

Citaremos, para exemplo, a 2.ª edição dos *Regimentos da fazenda*, impreſſa por Germão Galharde, o qual reproduzio não ſó o texto do codigo, mas até a ſubſcripção final do impreſſor da 1.ª edição «Acabouſe eſte liuro dos regimẽtos e ordenações da fazenda delrey noſſo ſenhor: per autoridade e preuilegio de ſua Alteza: per Armão de Campos bombardeyro do dito ſenhor: em Lixboa aos .xvij. dias do mes de Outubro do anno do nacimento de noſſo ſenhor Jeſu chriſto de mil e quinhentos e .xvj. annos.» e depois é que declara ter ſido impreſſo o livro «eſta ſegũda vez: em a cidade d'Lixboa em caſa de Germão galharde aos .xxv. dias do mes de Feuereyro de mil e quinhentos e quarẽta e oyto annos.» A igualdade do typo e da tinta não deixa veſtigio de dúvida.

Apeſar de não terem data as ſubſcripções finaes dos livros, eſtamos perſuadidos que eſta edição das *Ordenações* foi feita no anno em que ſe paſſou o alvará de privilegio a favor do livreiro Luiz Rodrigues, iſto é, em 1533, viſto ſer plauſivel que, não havendo nenhumas para vender, como ſe diz no alvará, o livreiro que obteve o privilegio para a reimpreſſão ſe

déſſe preſſa a fazel-a, meſmo porque «muytas partes tinhã neçeſidade de as auer.»

Eſta edição com data determinada foi deſconhecida dos bibliographos até ha bem pouco tempo: havia indicações vagas de uma edição de Germão Galharde, que ſe dizia impreſſa a 27 de julho de 1526, data conteſtada no opuſculo *Curioſidades bibliographicas — II — Ordenações do Reino, edições do XVI ſeculo,* pag. 53 e ſeguintes, pelas raſões alli apontadas.

Pouco tempo depois da publicação das *Curioſidades,* appareceo no *Conimbricenſe,* n.º 2477, de 18 de abril de 1871, um artigo do ſr. Joaquim Martins de Carvalho, no qual ſe diz:

«Edição de 1526 — Ha um exemplar (na Bibliotheca da Univerſidade de Coimbra) que tem na frente, por letra manuſcripta do ſabio João Pedro Ribeiro, o ſeguinte: — *De João Pedro Ribeiro — 2.ª impreſs. — Lx.ª Germam Galharde. — 27 de Julho 1526.*

«Falta-lhe a primeira folha, aonde devia eſtar a gravura, e em ſeguida a taboada.

«Para ſupprir eſſa falta tirou João Pedro Ribeiro a gravura e taboada que eſtavam no 3.º livro, e veio collocal-as no princípio do volume.

«No fim do 1.º, 2.º, 3.º, e 4.º livros tem a expreſſa declação de haverem ſido impreſſos em Lisboa, por Germam Galharde. Falta-lhe a última folha.

«O typo differença-ſe bem do da edição de 1521; mas Germam Galharde teve o cuidado de fazer coincidir exactamente em todas as linhas as meſmas palavras da edição anterior.

«Não ſe póde apreſentar a prova mathematica de que a edição é exactamente de 1526, por lhe faltar a última folha aonde devia eſtar a data; mas iſſo pouco importa, porque o eſſencial é ſaber-ſe que é uma edição differente das outras.»

Em o n.º 2484 do mefmo periodico, referindo-fe o fr. Martins de Carvalho ainda ao affumpto, accrefcenta o feguinte:

«Encontrámos agora um volume das *Ordenações* que pertencia ao cartorio do convento de Sancta Cruz, impreffo por Germão Galharde, e conftando fó do 1.º e 2.º livro; mas em compenfação, tem a folha do rofto, no verfo do qual fe acha a licença ao livreiro Luiz Rodrigues, datada de 17 de junho de 1533, para poder fazer nova impreffão das *Ordenações*.

«Ifto vem alterar a data affignada por João Pedro Ribeiro; porque, apefar de fe não poder marcar data certa, por não termos o livro último, onde ella deveria eftar, é fem dúvida certo que a edição não póde fer de 1526, como fe fuppunha, nem de qualquer outro anno anterior ao de 1533, em que foi paffado o alvará.»

Eftas notícias do *Conimbricenfe* vieram dar nova luz á queftão; e um acafo imprevifto, permittindo-nos alcançar um exemplar da edição, falto de rofto é verdade, mas com as fubfcripções dos 5 livros, completou os fubfidios precifos e poffiveis para a determinação da data da edição, que aliás fe não encontra no 5.º livro, como fe póde vêr da tranfcripção feita.

Deduz-fe, pois, que fe não fez edição em 1526, fendo a attribuida a effe anno a impreffa, com toda a probabilidade, em 1533. O impreffor é o mefmo defignado por Barbofa, mas a data, indicada por João Pedro Ribeiro, é differente. Poderia ainda objectar-fe, dizendo-fe que a exiftencia da edição de 1533 não impedia a poffibilidade de ter-fe feito outra em 1526, mas a prefumpção não é plaufivel.

Defcuberta a edição de 1533, eftá perfeitamente determinada a fucceffão das edições da nova compilação, e juftificadas as rúbricas que fe encontram no fim da edição de 1539, na parte que dizem: «Terceira impreffam,» bem como o final da edição de 1565, que a diz «Quarta impreffam.»

*

D'eſta edição conhecem-ſe poucos exemplares, e completos ſabemos de um ſó, que pertence ao ſr. deſembargador Manoel Franciſco Pereira de Souſa. Na Bibliotheca eborenſe ha um exemplar mutilado, e outro, contendo ſó os livros 1.º e 2.º, ſem roſto; na Bibliotheca da Univerſidade de Coimbra ha outro exemplar, e no depoſito de livros encontrou o ſr. Martins de Carvalho um outro, contendo apenas os livros 1.º e 2.º; o ſr. Marquez de Vallada tem os livros 3.º, 4.º, e 5.º; na Bibliotheca de Lisboa ha um livro 5.º, com que ſe completou um exemplar da edição de 1521, e o meſmo ſuccede a outro exemplar que pertence ao ſr. deſembargador Moura. O noſſo exemplar, como já diſſemos, carece de roſto.

É digno de nota que principalmente os livros das *Ordenações* da edição de Galharde ſe encontrem diſperſos, ſervindo em geral para completar exemplares de outras edições.

XI

GERMÃO GALHARDE

Eſte impreſſor, de nação francez, como elle ſe diz no geral das ſuas edições, foi um dos mais activos e perfeitos impreſſores do ſeculo XVI. Começou a imprimir em Lisboa em 1520, e exerceo a ſua profiſſão durante quarenta annos, tendo nós conhecimento de 70 edições ſuas feitas durante eſte longo periodo de actividade, além de umas poucas de leis avulſas, em geral de 1 folha apenas.

Exiſte, porém, na Bibliotheca de Lisboa o exemplar de

um *Miſſal,* deſcripto no *Catalogo das ſciencias eccleſiasticas —Supp. 8. 8,* (47) que tem por titulo:

«*Miſſale ſecundum conſuetudinem Elborenſis eccleſia noviter impreſſum.*»

E na ſubſcripção final lê-ſe:

«Impreſſum Ulixipone expenſis magiſtri Antonii Lermet Elborenſis civitates librarii per Germanus Galhardum. Anno ſalutis noſtre milleſſimo quingenteſſimo nono. Pridie kalendas martii. Deo gratias.»

Fórma parte da ſubſcripção a declaração de que o miſſal foi compoſto pelos conegos Lopo Fernandes e Luiz Martins, e reviſto pelo eximio Lourenço, cantor da meſma ſé, com licença dos conegos.

Não acreditâmos que eſteja certa a data, porquanto, ſe foſſe exacta, daria como reſultado ter Germão Galharde exercido a ſua profiſſão mais 11 annos além do periodo conhecido, que já é largo, dando-ſe a ſingularidade de não ter, durante 11 annos, dado obra alguma á eſtampa, em quanto que de 1520 até ao anno do ſeu fallecimento accentuou a ſua actividade pelas obras que ſahiram dos ſeus prelos, e das quaes conhecemos grande numero, de anno a anno quaſi ſem interrupção.

Talvez que o *Miſſale* foſſe dado á eſtampa em 1529, tendo faltado na ſubſcripção a palavra *vigeſimo,* anno em que tambem ſe imprimio o *Breviarium ſecundum morem et conſuetudinem Romanæ Curiæ.*

Quizemos determinar a data do *Miſſale,* ſuppondo a que ſe encontra no livro inexacta, conhecendo o periodo em que os mencionados Lopo Fernandes e Luiz Martins foram conegos em Evora; mas o livro das poſſes começa muito pos-

(47) Vid. *Jornal do Commercio,* n.º 5250, de 26 de abril de 1871, de onde extrahimos as indicações relativas a eſte livro.

teriormente a 1529, isto é, em 1547, e no cartorio do cabido não se encontrou vestigio d'aquelles nomes. (48)

Existe porém no Archivo nacional uma carta regia passada a favor de um cantor, por nome João Lourenço, que suppomos ser o *eximio* a que se refere a rúbrica do *Missale*. Por nos parecer um documento curioso, aqui a transcrevemos:

«Dom Manuell etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que avemdo nos respeito aos muitos serviços e merecimentos de Joam Lourenço noso camtor e como por elo o devemos acrecentar em onra e comfiando dele e sua bondade e desquireçam que nos sabera muy bem servir, e tambem como dele esperamos por lhe fazermos graça e merce por esta presente carta temos por bem e lhe damos o oficio de mestre da capela do principe meu sobre todos muito amado e presado filho e queremos e nos praz que daquy em diante o seja e o sirva e queremos e nos praz que ele aja dous mill reis de moradia por mes alem da ceuada por dia pagua segundo nosa ordenança paguo nas compras de sua vistiaria ordenada cada anno que he outro tanto quanto a mestre de nosa capela e o avia fernam Rodrigues por cujo falecimento lhe ora damos o dito oficio e mandamos ao noso mordomo mor que o mande asy asemtar nos livros das nosas moradias e ao noso adayam que meta em pose do dito oficio de mestre de capela como dito he e asy nos praz que gose de todalas honras graças merces benefes interefes e todolas outras onras dos nosos mestres das capelas pasadas e presentes e para sua

(48) Barbosa, quando se refere ao conego Luiz Martins, diz que «em varios documentos pertencentes a esta cathedral (de Evora) principalmente ao seu cabido, se acha assignado desde o anno de 1476.» Em quanto a Lopo Fernandes, conhece-o apenas pela edição do *Missale*. Falla de outro Lopo Fernandes, professor de jurisprudencia cesaria, e egregiamente instruido nos preceitos da oratoria, o qual, sendo juiz de fora em Santarem, congratulou em seu nome e no do seu povo a el-rei D. João III e á rainha D. Catherina. Será o mesmo individuo?

guarda e nosa lembrança lhe mandamos dar esta nosa carta per nos asynada e aselada de noso selo pendente, dada em Lixboa aos treze dias do mes de fevereiro diogo fernandes a fez anno de mil quinhentos vinte e um annos o quall vemcera depois que o princepe tomar sua casa.» (49)

Ora, sendo este cantor que elrei D. Manoel nomeou mestre da capella do principe seu filho o mesmo que revio o *Missale*, o que nos parece plausivel, porquanto é pouco natural que se désse a coincidencia de existirem na mesma epocha dois cantores notaveis ambos com o nome de Lourenço, parece natural que o cantor agraciado em 1521 não fosse já *eximio* em 1509, o que nos reforça a hypothese de que o *Missale* não fosse impresso nesse anno.

O *Jornal do Commercio*, n.º 5255 de 2 de maio de 1871, referindo-se ás nossas dúvidas relativas á data do *Missale*, diz o seguinte:

«Quer então o sr. Noronha que houvesse êrro de data, no proprio impressor, o qual, lhe parece, só começou os seus trabalhos typographicos em Portugal no anno de 1520.

«Não entraremos nessa questão, todavia, confessâmos que não nos faz pêso o periodo de intervallo de 1509 a 1520, para duvidarmos da authenticidade da data. Podia Galharde estar ausente do reino, podia imprimir obras de que se perdesse a notícia, podem ser suas algumas impressões da epocha, que apparecem sem nome de impressor, nem data, podem ter existido muitas causas que interrompessem os seus trabalhos, no presuposto que fossem interrompidos e não tendo algumas dúvidas ácerca da impressão da *Chronica* (50) *do triumpho dos nove*, que alguns attribuem a Galharde, no anno de 1510.»

(49) *Arch. nacional* — Liv. 39 da Chancelaria de D. Manoel, fol. 20. No original lê-se — diogo e famaes — corrigimos para *diogo fernandes*.

(50) No Jornal citado lê-se *Chrencio*, mas é manifesto erro de impressão.

Poderia, effectivamente, dar-ſe o caſo de Galharde eſtar auſente do reino deſde 1509 a 1520, mas não ha raſão plauſivel que o auctoriſe a crêr; e como ſe explicaria o caſo d'eſſe impreſſor ter vindo a Portugal em 1509, epocha em que então cá exiſtiam tres outros impreſſores, Valentim Fernandes, João Pedro Bonhomini, e Herman de Kempis, e depois ſe auſentaſſe, para depois recomeçar novamente onze annos depois a exercer a ſua induſtria? E, durante eſſe periodo de auſencia do reino, era provavel que o impreſſor exerceſſe a ſua industria em alguma parte, deixando veſtigio d'iſſo, o que aliás ainda não encontrámos.

Em quanto a impreſſões da epocha que apparecem, ſem nome de impreſſor nem data, ſerão pouquiſſimas, ſe é que exiſtem, as que ſe poſſam dar como impreſſas entre 1509 e 1520; e, ainda aſſim, a individualidade artiſtica de Galharde é bem caracteriſtica para que ſe deixaſſe de conhecer muitas edições ſuas, embora anonymas.

Relativamente á *Chronica llamada el triumpho de los nueve de la fama,* dada como impreſſa por Galharde em 1510 por Antonio Ribeiro dos Santos, *Mem. da Litt.*, vol. VIII, pag. 110, eſtá hoje ſobejamente averiguado, á viſta do teſtemunho de Brunet, e d'um exemplar meſmo da obra, que não foi impreſſa naquelle anno, mas no de 1530. Citar-ſe ainda a *Chronica de los nueve,* dando-ſe-lhe a data de 1510 depois do que diz Brunet, do que ſe lê no vol. I, pag. 259, do *Dicc. Bibliographico,* é apreſentar como prova um teſtemunho ſem valor. (51)

(51) Occorre-nos ainda lembrar que Barboſa Machado, na *Biblioth. Luzit.*, (Lisboa, 1741), vol. I, pag. 337, não obſtante o incorrecto da notícia, dá a *Chronica* impreſſa em 1530; e Nicolau Antonio, na *Bibl. Hiſp.*, (Roma, 1672), vol. I, pag. 124, apeſar de não deſignar a data da impreſſão, diz que a obra fôra dedicada a D. João III, que, como ſe ſabe, ſuccedeo a ſeu pae em 1521. O teſtemunho de Antonio Ribeiro dos Santos, que dá a obra impreſſa em 1510, não tem, neſte caſo, valor algum, nem ſabemos para que ſirva mencionar-ſe.

Parece-nos, pois, que Germão Galharde ſó começou a imprimir em Lisboa em 1520, devendo portanto a data do *Miſſale* ſer poſterior a eſſe anno, apeſar do que ſe lê no exemplar exiſtente na Bibliotheca de Lisboa.

Em 1530 veio a Coimbra, por convite de D. Dyoniſio de Moraes, prior craſteiro do convento de Sancta Cruz, para fundar a imprenſa do convento, e ahi neſſe anno imprimio o «*Reportorio para ſe acharem as materias no liuro Eſpelho de conſciencia. ho qual pera que ſe entenda he feyto ſegundo hordenança do liuro .s. per tratados Capitulos e Parrafos.*»

É um folio, de 6 folhas innumeradas, caracteres gothicos; e encontra-ſe appenſo ao *Eſpejo de conſciencia,* impreſſo em Toledo, em 1525, por Gaſpar d'Avila. O *Reportorio* tem no fim a ſeguinte ſubſcripção:

«Empremioſe per Germão Galharde frãces na muy nobre e ſempre leal cidade de Coymbra no moſteyro de Sancta ✠ per mandado do Prior Craſteiro e conuento delle: aa honrra e louuor de noſſo ſeñor Jeſu Xp̃o aos noue dias do mes de Agoſto do anno do ſeu nacimẽto de mil e quinhentos e trinta. Laus deo.»

Na Bibliotheca pública de Lisboa exiſtem hoje dois exemplares; um, encadernado conjunctamente com o *Eſpejo,* com o n.º 624, e foi, ſegundo ſe lê no roſto, da *Communidade de Belem;* e outro, que tem o n.º 2117, modernamente adquirido, que pertenceo, ſegundo a inſcripção que tem no alto da primeira pagina, á *Livraria de S.ta Cruz de Coimbra.* Proveio do depoſito dos livros dos conventos em Coimbra.

Naquella cidade imprimio Galharde, no anno immediato, os ſeguintes livros, que ſaibamos:

—«*Breviarivm ſecundum vſum eccleſiae S. ✠ Colimbriceſis.*

—«*Liuro da regra e perfeyçam da conuerçam dos monges.*

— «*Analecto da recreação.*

— «*Memorial de cõfessores, feyto per hũ frade Jeronymo.*

— «*Tractados de Amizade, Paradoxos, traduzidos do latim.*

Em 1532 estava Germão Galharde já em Lisboa, onde continuou imprimindo differentes obras, sendo nomeado impressor regio, pelo menos, em 1544.

Nas *Mem. da Litt.*, vol. VIII, pag. 117, diz Antonio Ribeiro dos Santos que Germão Galharde «veio a ser impressor regio desde o anno de 1536, ou talvez antes;» e Falkenstein na *Geschichte der Buchdruckerkunst* no artigo resumidissimo em que tracta de Portugal, diz, com referencia a este impressor: «A elle (a Bonhomini — 1514) seguio-se Germão Galharde, que já em 1522 tinha o titulo de impressor regio.» Confessâmos porém que não nos recordâmos de ter visto obra alguma, sahida anteriormente a 1544 da officina de Germão Galharde, na qual elle se diga *impressor regio,* mas simplesmente — Germão Galharde *impremidor,* ou *francez,* até mesmo em edições officiaes, como por exemplo nas seguintes:

1526 — *Ordenaçam da ordem do juyzo* — Germam Galharde.

1533 — *Ordenações* — Germam Galharde Frãces.

1539 — *Capitolos de cortes* — Germã Galharde empremidor.

1539 — *Ley* — determinando que os desembargadores tenham estudado doze annos ao menos na Universidade de Coimbra depois de serem grammaticos — Germão Galharde empremidor.

1539 — *Ley sobre o pam que se vẽde fiado* — Germão Galharde empremidor.

1539 — *Ley que declara o comprimento que ham de ter as espadas* — Germão Galharde empremidor.

1542 — *Artigos das sysas* — germã galharde empremidor.

Tambem é certo que poſterior a 1544 muitas vezes deixou Germão de intitular-ſe impreſſor regio, dando-ſe a ſingularidade de logo no anno ſeguinte, na *Coronica del prīcipe dō Florādo*, ſe dizer ſimpleſmente *impreſſor d'libros;* e em varias impreſſões officiaes, feitas depois de 1544, egualmente ſe não denomina impreſſor regio, taes como nas ſeguintes:

Regimento e ordenações de fazenda—1548.

Ley relativa á venda de farinha—1557.

Ley ſobre as eſpadas de mais de marca—1557.

Ley ſobre os arcabuzes pequenos—1557.

Ley ſobre os rendeiros d'elrei—1557.

Ley ſobre a ſucceſſão dos morgados—1557.

Ley ſobre o dinheiro ouro e prata que ſe leva para fora do reino—1557.

A data do fallecimento de Galharde determina-ſe pela ſubſcripção que ſe encontra no *Reportorio dos tempos,* de 1560. No roſto d'eſta edição lê-ſe:—«Foy impreſſo em Lisboa em caſa de Germão Galharde. Anno 1560.»—No final, porém, da obra, lê-ſe:—«Acabouſe o Reportorio dos tempos... o qual foi impreſſo em a muy nobre e ſēpre leal cidade de Lixboa, em caſa da viuua, molher que foi de Germão Galharde q̃ ſancta gloria aja. Anno. 1560.»

Antonio Ribeiro dos Santos, *Mem. de Litt.,* vol. VIII, pag. 119, diz que Germão Galharde fallecêra em 1565, mencionando até as *Conſtituições do biſpado de Evora* como impreſſas por elle e neſſe anno. Ambas as affirmativas ſão inexactas, viſto que o impreſſor de que ſe tracta era já morto quando ſe concluio a edição do *Reportorio dos tempos,* em 1560; e as *Conſtituições,* cuja impreſſão lhe attribue, foram impreſſas em Evora por André de Burgos.

---

*

Aproveitâmos a occasião para ractificar os factos, relativamente a termos affirmado que na Bibliotheca nacional não existia o *Missale Eborense*. Encontráramos a indicação do livro na *Biblioth. Lusit.*, artigos—Lopo Fernandes—e—Luiz Martins—; em Antonio Ribeiro dos Santos, *Memor. para a hist. da typogr. portug. nos secul. XV e XVI*, pag. 98, e tambem no *Diccion. Bibl.*, vol. VI, pag. 208. A indicação inicial talvez tivesse vindo de Barbosa, que se poderia ter equivocado, o que por então nos pareceo, visto que sendo a edição feita em 1509, só com esforço a poderiamos attribuir a Germão Galharde. Como se dizia existir o livro na Bibliotheca nacional, escrevemos ao nosso amigo Joaquim de Vasconcellos, então em Lisboa, o qual nos affirmou não existir alli tal livro, e guiados por esta indicação, tirámos as conclusões que nos pareceram opportunas.

O *Jornal do Commercio*, depois, assegurou que o *Missale* existe na Bibliotheca nacional *ha muitos annos*, etc. Pareceonos extraordinario isto, e por esse motivo escrevemos a seguinte carta a Joaquim de Vasconcellos:

«S. C. Porto 4 de maio de 1871—Meu am.º

«Quando o encommodei, pedindo-lhe esclarecimentos relativamente ao *Missale*, de 1509, que se dizia existir na Bibliotheca de Lisboa, respondeo-me o meu amigo, em carta de 25 de dezembro de 1870:

—«... pedi o *Missale eborense*, que depois de aturadas diligencias durante perto de tres quartos de hora... não appareceu! Até o Cassassa entrou nas buscas, mas em vão; examinámos o catalogo moderno, e lá estavam muitos *Missaes* de diversas datas e cidades, menos o desejado; até recorremos ao catalogo antigo de 1779, mas nada dizia, nem no supplemento... mas o que é certo, é não estar elle mencionado nem no novo catalogo, nem no antigo systematico de 1799.»—

«Levado por esta sua informação, affirmei, a pag. 54 do opusculo II das *Curiozidades bibliographicas,* que em balde se procurára na Bibliotheca o livro, o que me levava a pôr em dúvida a existencia d'elle.

«O *Jornal do Commercio*, n.º 5250 de 26 de abril do corrente anno, referindo-se á minha dúvida, diz:—a bibliotheca nacional ha muitos annos possue o exemplar que pertenceu á livraria de D. Francisco Manoel de Mello, e em dezembro de 1870 já portanto aqui estava, e tinha o seu bilhete incluido no masso d'elles, sob o titulo *Supplemento das Sciencias ecclesiasticas,* e estava no supplemento por se terem encorporado nos da casa os bilhetes da livraria de D. Francisco Manoel de Mello.—

....

«—É evidente que foi pouco diligente a pessoa que fez as indagações, na bibliotheca nacional, acerca do *Missale Eborense,* aliás ficaria sabendo que existia o exemplar de que temos dado notícia, e o sr. Tito de Noronha não teria encorrido no erro devido a uma superficial indagação.—

«Causou-me estranheza isto, e numa carta que dirigi ao *Commercio,* e foi publicada em o n.º 5255, de 2 de maio, transcrevendo o periodo de sua carta, fiz ligeiras considerações, a que nesse mesmo numero se respondeo, dizendo-se alli:

«—Emquanto a não se haver encontrado o *Missale Eborense,* na bibliotheca, procurámos informar-nos, e soubemos que se pedira com a indicação de ser impresso em Evora, e que por este motivo se considerou que não era o existente o que se procurava.

«—É fora de dúvida que o livro estava na bibliotheca, e o bilhete na sala respectiva, em um *Supplemento* á sala das Successões Ecclesiasticas, e entre elles os dos livros que pertenceram á livraria de D. Francisco Manoel de Mello.—

«Esta explicação tambem me parece assás singular. Não lhe

fallei em edição de Evora, e até me parece que o nome d'essa cidade, onde a imprensa entrou só muito depois, não poderia levar a procurar sem reparo um livro que se dissesse impresso em 1509.

«Creio que ha grande confusão em tudo isto, e portanto peço-lhe me esclareça, caso possa, não para remir-me da culpa de ter assegurado a não existencia de um livro que *ha muitos annos* está na bibliotheca, mas para ficar sabendo os motivos que me levaram a commetter a culpa, e induzir em êrro o público.

«Creia-me—am.º etc. Tito de Noronha.»

O sr. Vasconcellos respondeu-nos o seguinte:

«Meu amigo—Porto, 5 de maio de 71.

«Apresso-me a responder-lhe. É bem exacto tudo quanto diz e transcreve, porque tenho os factos bem presentes na memoria, e por isso estranho deveras o que acabo de ler no *Jornal do Commercio* de 26 do passado.

«Parece-me que é improprio qualificar de «pouco diligente» *(sic)* quem procurou um livro durante 3/4 de hora, e fazer pagar assim, por conta alheia, a desordem em que estão os catalogos da Bibliotheca Nacional, porque o mesmo *Jornal do Commercio* affirma que o livro estava mencionado no catalogo Methodico da Liturgia, mas «*sem data, nem logar de impressão, nem nome de impressor.*» Ora esta declaração espontanea não faz de certo o elogio da nossa primeira Bibliotheca, e explica o resultado negativo das minhas buscas, das do empregado, e das do sr. Cassassa.

«Eu não pedi o *Missal* como impresso em Evora, e essa affirmação do noticiarista do *Jornal do Commercio* é, ou um subterfugio para explicar a desordem dos catalogos da Bibliotheca, ou uma informação falsa que lhe foi dada.

«Não podia pedir o *Missal* como impresso em *Evora,* porque a sua carta nada dizia a esse respeito, e eu a levava na

mão quando pedi o livro. Limitei-me muito de propofito ás fuas informações, mefmo porque fe tractava de um livro pouco conhecido, e não convinha caufar confufões com nomes ou datas hypotheticas; fuftento, pois, tudo quanto lhe efcrevi, e póde ufar affoitamente d'efta nova declaração como quizer, porque me parece, e o amigo deve niffo concordar, improprio que um jornal qualquer venha, fob o pretexto do *protеccionifmo* proverbial a todas as noffas miferias públicas, qualificar de *pouco diligente* e de *indagação fuperficial* uma bufca que durou $^3/_4$ de hora, porque certos catalogos da Bibliotheca Nacional não ufam do luxo de *datas, nem de logar de impreſsão, nem de nome de impreffor.*

«Qualquer fimples amador em coifas de bibliographia concordará que é impoffivel ver claro com tão pouca luz!

«Difponha fempre do feu—amigo e ob.do—*Joaquim de Vafconcellos.*

«P. S. Agora reparo que o jornal diz ter o catalogo a data «efcripta a lapis». É tambem uma innovação, provavelmente para dar na vifta; ifto pouco importa, porque o effencial da queftão fica em pé.»

Depois do expofto, abftemo-nos de confiderações impertinentes.

XII

EDIÇÃO DE 1539

Em 1533 paffára el-rei D. João III alvará de licença a Luiz Rodrigues, feu livreiro, para fazer a reimpreffão das *Ordenações*. Do privilegio fez ufo o livreiro, imprimindo, em cafa de Germão Galharde, a edição de 1533. Tendo-fe porém efgotado a edição, por pouco numerofa talvez, ou outra rafão

que não podêmos conhecer, mandou o livreiro, auctorisado ainda pelo alvará de licença que lhe fôra concedida em 1533, fazer nova edição a Sevilha em 1539.

Parecerá talvez extraordinario que se mandasse fóra do reino fazer a edição, principalmente sabendo-se que Luiz Rodrigues teve prelos. Este impressor, porém, só abriu officina em 1539, e provavelmente depois da edição feita: mais observaremos que nesse tempo a imprensa estava entre nós pouco derramada, havendo apenas, em Lisboa, a officina de Galharde; em Coimbra, a dos Conegos de Sancta Cruz; e em Braga, a de Pedro de la Rocha. E era a epocha pouco atrahente, attendendo a que em 1536 se estabelecêra o tribunal da Inquisição, que pelo menos desde 1539 começou a dominar a imprensa.

A edição fez-se, pois, em Sevilha, e d'ella daremos a descripção.

Occupa a primeira pagina uma estampa, similhante á da edição de 1521. Na parte inferior da gravura diz:

«O primeiro liuro das ordenações.»

No verso da folha encontra-se o alvará de 17 de junho de 1533, datado de Evora, e é o mesmo que se encontra na edição de Germão Galharde, e nós reproduzimos (pag. 67).

As folhas segunda, terceira e quarta comprehendem o prologo e tavoada.

O livro 1.º começa na folha numerada *i*, e acaba no recto da folha *clx*; no fim d'ella está a subscripção:

«Aqui acaba o p̃meiro liuro
«das ordenaçoẽs. Foi impresso em
«ha çidade de Seuilla em ca
«sa de Juã crõberger.»

A taboada do 2.º livro occupa duas folhas innumeradas; a numeração começa depois em folha *i* e ſegue até o verſo da folha *lxix.*

Ha depois uma folha innumerada, com a rúbrica:

«Aqui acaba o ſegundo liuro
«das ordenaçoẽs. Foy impreſſo em a
«muyto nobre e muyto leal çida-
«de de Seuilla em caſa de
«Juan crõberger.
.:. .:.
.:.
«a b c d e f g h i. Todos ſom quadernos,
«ſaluo h que he quinterno: e i que he duerno.»

Segue-ſe a taboada, que occupa 3 folhas innumeradas. O corpo do livro começa a folhas *i* e acaba no verſo da *xcvi,* onde eſtá a ſubſcripção:

«Aqui acaba oterceiro liuro
«das ordenaçoẽs. Foi impreſſo em ha
«muyto nobre e leal cidade de
«Sevilla em caſa de Joan
«crõberger.:.»

O quarto livro tem duas folhas innumeradas com a *tauoada,* começa a numeração a folha *i* e ſegue até o verſo da folha *lxv.* Segue depois outra folha innumerada, com a ſubſcripção:

«Aqui acaba o quarto liuro
«das ordenaçoẽs. Foi impresso em a
«muyto nobre e muyto leal çi-
«dade de Seuilla em casa d'
«Juan cronberguer.
.:. .:.
.:.
«aaaa bbbb cccc dddd eeee ffff gggg hhhh
«Todos sam quadernos saluo .h.
«que he quinterno.»

A taboada do 5.º livro occupa tres folhas innumeradas e o rosto da quarta. Começa o corpo do livro a folhas *i* e segue até o verso da folha *xcvii*.

Na folha immediata, numerada *xcviij*, repete-se o alvará que se encontra em folha identica na edição de 1521, assignado por Pero Jorge e Christovão Esteves. No verso da folha a rúbrica:

«Aqui acaba o quinto liuro das
«ordenaçoẽs. Foi impresso em ha cidade de Lix
«boa por Jacobo crõberguer alemão: aos
«onze dias do mes de Março. An-
«no de mil e quinhentos
«e .xxj. annos
(.:.)
«Deo gratias.
«Terceira impressam. M. D. XXXIX. annos.»

Seguem-se depois mais duas folhas, innumeradas, de erratas. Diz-se no rosto da primeira:

«E porque nesta impressam destes
«cinco liuros por culpa do impressor vay em alguũas partes huũa
«letra por outra: e aas vezes hũa letra sobeja ou minguada.
E por
«non serem de tanta substancia pera se de todo auer de tirar huũa
«folha e poer outra: se declarã aqui os erros das ditas letras nos
«lugares que mudão e significaçam por tirar duuidas. E sam as
«seguintes:»

Segue depois a descripção das erratas, que são para o livro 1.º,—4.º; 2.º,—6; 3.º,—9; 4.º,—6; 5.º,—18.

Nos reclamos das folhas de erratas novamente se repete:

«Terceira impressam de 1539»

O formato é tambem em folio, caracteres similhantes aos da anterior edição. Comprehende ao todo 507 folhas. A impressão é menos perfeita do que a de 1521.

A superficial leitura da rúbrica do quinto livro, que é perfeita cópia da edição de 1521, até na data, deu causa a suppor-se impresso esse livro em Lisboa, o que não ha rasão que auctorise.

Existem exemplares d'esta edição, que saibamos, um na Bibliotheca portuense; dois na da Universidade de Coimbra, dos quaes um carece de rosto; e no deposito de livros que foram dos conventos um exemplar dos livros 1.º e 2.º Na Bibliotheca nacional (Lisboa) existe um exemplar, do qual o 5.º livro pertence á edição de Galharde. Em mãos de particulares só conheço o exemplar que possue o sr. dr. Francisco José de Azevedo Coutinho Junior, do Porto.

Lord Stuart possuia dous exemplares d'esta edição, descriptos no catalogo dos seus livros. O n.º 2623, que foi retirado,

e o n.º 4319, que foi vendido por 10 libras 10 foldos (47$250 réis).

XIII

JOÃO CRONBERGUER

Suppomos que efte impreffor foffe filho de Jacob Cronberguer, que teve prelos em Sevilha, e do qual já tractámos. Effectivamente não encontrámos ainda obra alguma impreffa por Jacob além do anno de 1528, tendo notícia das feguintes, impreffas pofteriormente áquella data, e que trazem o nome de João Cronberguer:

1528—*Abecedario efpiritual de las circunftancias de la Paffion de Chrifto Nueftro feñor y otros myfterios*—de Francifco de Ofuna.
1528—*Lumbre del Alma*—de Juan de Cafalla.
1530—*Expofitio Threnorum, id eft, lamentationem Hieremiæ*—de Pedro Nunes Delgado.
1530—*Arte de canto llano*—de Juan Martinez.
1531—*Os tres livros do imperador Marco Aurelio*—de Gonçalo Hernandes de Oviedo.
1534—*Crónica de Efpãna abreviada*—de Moffen Diego Vallera.
1537—*Arithmetica*—de Ortega.
1537—*Vita Chrifti del Cartuxano*—de fr. Ambrofio de Montefino.
1539—*Ordenações*—de el-rei D. Manoel.
1541—*Las meditaciones & foliloquios y manual del biẽ auẽturado Sant Auguftin.*

1541—*De Honeſtate rei militaris, qui inſcribitur Democrates*—de Juan de Geneſio de Sepulveda.
1543—*Eſpejo de la conſciencia para todos eſtados*—de Juan Baptiſta de Vinones.
1543—*Crónica de Eſpaña abreviada*—de Moſſen Diego Vallera.
1544—*Arte de bien confeſſar*—de Pedro Cirvelo.

Temos por certo que neſte anno de 1544 falleceo Juan Cronberguer, por quanto numa obra que temos preſente, o =*Gracioſo cõbite d'las gr̃as del ſc̃tõ ſacramẽto del altar: hecho a todas las aias delos criſtianos pricipalmẽte alos religioſos: clerigos mõjas: beatas: y deuotos dela ſacra comuniõ y dela miſſa Año. M. D. xliiij.*=encontra-ſe a ſubſcripção ſeguinte, no roſto da última folha, numerada *cxv.*

«Aqui ſe acaba el preſente libro
«que compuſo el reuerendo padre fray Franciſco de Oſſuna
«para vtilidad dela ygleſia a cuya correciõ ſe ſubjeta. Fue
«examinado por el muy reuerendo ſeñor don fray Fran
«ciſco Barrio nueuo opiſpo de Alger, y mandado
«imprimir enla muy noble y muy leal ciudad de
«Seuilla por el reuerendo señor prouiſor.
«Nueuamẽte impreſſo enla muy noble
«& muy leal ciudad de Seuilla enlas
«caſas de Juan crõberger q̃ ſancta
«gloria aya: a .xv. dias del mes
«de Julio. Año de mil &
«quiniẽtos & quaren
«ta & quatro.»

No Catalogo dos livros de lord Stuart vem, todavia, mencionado ſob o n.º 3943 os *Remedios para reformacion de las*

Indias, obra que ſe diz impreſſa em Sevilha, em 1552, por Juan Cronberguer; mas ſuprimio-ſe=q̃ ſancta gloria aya= que provavelmente exiſte no exemplar; ou então eſtará errada a data mencionada no *Catalogo.*

Poderá cauſar reparos que ſe mandaſſe a Sevilha fazer uma edição das *Ordenações* havendo imprenſa em Portugal. Obſervaremos porém que no anno de 1539 ſó nos conſta haver —em Lisboa, a officina de Germão Galharde; em Braga, a bem pouco importante de Pedro de la Rocha;—em Coimbra, a officina dos conegos de Sancta Cruz, onde ſó ſe imprimiam obras dos padres. Neſſe meſmo anno eſtabeleceo prelos em Lisboa, onde os teve até 1554, o livreiro Luiz Rodrigues, (52) o meſmo que obtivera privilegio para reimprimir as *Ordenações;* mas é muito de preſumir que ainda não tiveſſe officina quando João Cronberguer imprimia o noſſo Codigo.

XIV

EDIÇÃO DE 1565

No roſto o eſcudo real encimado de elmo, corôa, e ſerpe; do lado direito a cruz de Chriſto, e do eſquerdo a eſphera ar-

(52) Na *Bibliotheca Scriptorum Hiſpaniæ,* vol. I, pag. 241-242 (ed. de Roma) vem indicada a ſeguinte obra, de Diogo Sagredo — « *Medidas del Romano, ò Vetruvio, nuevamente impreſſas, y añadidas muchas pieças, y figuras neceſſarias a los officiales que quieren ſeguir las formationes de las baſas, colunas, capiteles, y otras coſas de los edificios antiguos,* impreſſa em Madrid, por Luiz Rodrigues em 1542. Eſte impreſſor madrileno parece-nos que nada tem de commum com o noſſo livreiro impreſſor ſeu homonimo, que neſſe meſmo anno de 1542 imprimio em Lisboa:
«Regras e cautellas de proveito eſpiritual — por um devoto religioſo.
«Paixão de Chriſto, — de D. João de Lencaſtre.
«De nobilitate Civile Libri II. — de Jeronymo Oſorio.
«De Crepuſculis, liber unus — de Pedro Nunes.

millar, tudo mettido em portada de madeira. Na parte inferior da eſtampa, em caracteres romanos:

«O primeiro liuro das ordenações.»

No verſo do roſto, o prologo, que é o meſmo da edição de 1521. Segue-ſe a *tauoada,* que occupa 2 folhas innumeradas. Começa depois o livro primeiro a folhas *i,* ſeguindo até folhas *clx;* numeradas na frente. As primeiras tres linhas, além da da cabeça, ſão em caracteres romanos. No fim do roſto da folha *clx* eſtá a rúbrica do impreſſor:

«Aqui acaba oprimeiro liuro
«das ordenações. Foy impreſſo em
«ha çidade de Lixboa por
«Manoel Joam.
.:.

«Eſte primeiro liuro tem vinte quadernos de oito meas folhas ca
«dahũ, e ſam os ſeguintes, a b c d e f g h i k l m n o p q r ſ t v.»

O ſegundo livro começa pela *tauoada,* que enche duas folhas innumeradas. Começa depois a numeração, e ſegue de *Fo. j.* a *Fo. lxix.* Seguidamente ha uma folha innumerada, com a rúbrica do impreſſor:

«Aqui acaba oſegundo liuro
«das Ordenações. Foy impreſſo em
«ha çidade de Lixboa por
«Manoel Joam.
.:.

«a b c d e f g h i. Todos sam quadernos, ſaluo
«h. que he quinterno, e i. que he duerno.»

Repete-ſe depois a portada do roſto, tendo por baixo em caracteres romanos:

«O terçeiro liuro das Ordenações.»

No verſo da folha começa a *tauoada,* que occupa as folhas 2.ª e 3.ª innumeradas. Começa a numeração em *Fo. j.* e ſegue até *Fo. xcvj,* no verſo da qual ſe lê a ſubſcripção:

«Aqui acaba ho terçeiro liuro
«das Ordenações. Foi impreſſo em
«a çidade de Lixboa por Ma
«nuel Joam.
.:.

«Eſte terçeiro liuro tem doze quadernos: conuẽ a ſaber a. b. c.
«d.e.f.g.h.k.l.m.E todos ſam quadernos de oito meas folhas
«cada huũ, que fazem noventa e ſeis meas folhas: afora quatro me-
«as folhas da tauoada que eſtam no principio deſte terçeiro liuro.»

Antecede o livro quarto a *tauoada,* que occupa duas folhas innumeradas, e o roſto da terceira. Na quarta folha, e primeira numerada *i*, principia o livro, que ſegue até folhas *lxv* verſo. Na folha ſeguinte, numerada *lxvj,* eſtá a rúbrica

«Aqui acaba o quarto liuro
«das Ordenações. Foi impreſſo em
«ha çidade de Lixboa por
«Manuel Joam.
.:.

«Eſte quarto liuro tem oito quadernos: conuem a ſaber,aaaa.b.c.
«d.e.f.g.h.E todos ſam quadernos de oito meas folhas cada huũ

«afora h. que he quinterno de dez meas folhas: que por todas fazem
«sessenta e seis meas folhas com esta: afora tres meas folhas da ta-
«uoada que estam no prinçipio deste quarto liuro.»

Em seguimento encontra-se a *tauoada* do quinto livro, a qual abrange tres folhas innumeradas e rosto da quarta. Começa o livro 5.º na folha numerada *j*, e acaba no verso da folha *cxvij;* no final da página, em caracteres romanos:

«Finis: Laus Deo.»

Na folha seguinte, numerada *xcviij*, encontra-se o alvará seguinte:

«E para que na impressam destas ordenações q̃ ora
«mandamos imprimir se nom possa acreçentar nem
«minguoar cousa algũa, mandamos que lhes seja
«dada fee e autoridade sendo assinadas no fim de to-
«dos çinco liuros por oliçenciado Mateus esteuez
«do meu desembargo, e juyz dos feitos de minha
«fazẽda do negocio dos contos: e nom sendo asina-
«das por elle lhe nom sera dada fee algũa nem credito.
«Enom se poderaa mais vender toda aobra destes çinco liuros q̃
«por quinhentos reaes .ss. cẽ reaes de asinatura pera o dito liçençiado
«e os quatroçentos reaes pera Françisco fernandez liureiro que per
«meu mandado os fez imprimir aa sua custa. Polloque hei por bem

«que por tempo de çinco annos nom poſſa peſſoa algũa vender eſtas or
«denaçoẽs ſenam o dito Françiſco fernandez ou a peſſoa que elle decla
«rar e der ſeu conſentimento ſob pena de çincuenta cruzados, ametade
«perá quem os acuſar e a outra metade pera o eſprital de todos os ſã
«ctos da cidade de Lixboa e de perdimento dos liuros que lhe forem
«achados pera o dito eſprital: nas quaes penas encorreraa o dito Frã-
«çiſco fernandez ou qualquer outra peſſoa que os vender por mais pre
«ço, ou ſẽ ſerẽ aſinadas por o dito liçençiado Mateus eſteuez.
«Eſtas ordenaçoẽs tem çinco liuros .ſſ. primeiro, ſegũdo, terçeiro,
«quarto, e quinto.
«E alem diſto tem cada liuro ſua tauoada de todos os titulos que
«ſe nelle contem, e aquantas folhas ſe acharaa cada titulo. E o primei
«ro liuro tem no começo hũ prologo com as noſſas armas de Portu
«gal, e o terçeyro liuro outras.

«*Mateus Eſteves.*»

No verſo da folha *xcviij,* erratas aos cinco livros, diſpoſtas em duas columnas, typo romano imperfeito, e no fim d'ellas a rúbrica do impreſſor:

«Aqui acaba o quinto li-
«uro das Ordenações. Foi impres
«ſo em a çidade de Lixboa por
«Manuel Ioam, & ſe aca-
«bou aos .3. dias de Mar
«ço de .1565.
«DEO GRATIAS.

(Erratas)

«Quarta impreſſam.»

O formato é in-folio, como o das edições anteriores: o typo meio gothico, menos os titulos das paginas, e as primeiras linhas dos titulos e das ſubſcripções finaes dos primeiros quatro livros, que ſão em romano. Cada pagina cheia comprehende 38 linhas de texto, com 201 millimetros de alto por 125 de largo, não contando os titulos das paginas e os reclamos.

A reproducção é fiel, ſalvo algumas abreviaturas a mais e a menos.

O papel é ordinario, pouco conſiſtente: a impreſſão imperfeita, parecendo o typo cançado, e encravado ás vezes. As letras capitaes, gravadas em madeira, do princípio de cada titulo, ſão de deſenho incorrecto e deſgracioſo. A tinta não tem brilho.

Encontram-ſe exemplares d'eſta edição que apreſentam uma variante notavel. Em logar da gravura deſcripta no roſto, antes do livro 1.º, teem outra, ao centro, igualmente com o eſcudo real, encimado de elmo, corôa aberta, e ſerpe; mas com a eſphera armillar á direita e a cruz de Chriſto á eſquerda, e por cima, em caracteres romanos

«O PRIMEIRO LI
«uro das ordenações»

*

tudo mettido em cercadura de madeira. Tanto a gravura do escudo real como a do plintho e cimalha da cercadura são differentes no exemplar descripto, sendo porém as cercaduras lateraes identicas em ambas as edições. A gravura, com as suas variantes, repete-se no rosto do livro 3.º, lendo-se por cima do escudo real, e tambem dentro da portada:

«O TERCEIRO LI
«uro das ordenações.»

Poderia suppôr-se, em vista das differenças entre as gravuras, que tivesse havido duas edições, sendo uma d'ellas falsificação da outra; mas, nos exemplares differentes que examinámos, encontra-se em todos a assignatura do desembargador Matheus Esteves, que de certo não sería connivente numa falsificação, caso se désse; nem poderia pôr a sua assignatura em exemplar que fosse mandado imprimir por livreiro diverso de Francisco Fernandes, a quem fôra mandada fazer a impressão; e neste caso o livreiro escusava de fazer contrafação de edição que estava auctorisado a vender.

Além d'isso, os exemplares, differentes em quanto ás gravuras, são no resto rigorosamente identicos, encontrando-se, em todos, os 59 erros mencionados na errata, e sendo até a marca d'agua do papel a mesma em exemplares differentes, o que leva a crêr que houve só uma edição para o corpo das *Ordenações*, e se fez duas tiragens differentes para os rostos dos livros 1.º e 3.º

Sabemos da existencia de differentes exemplares d'esta edição; as Bibliothecas de Lisboa, Porto, Coimbra e Evora teem cada uma o seu exemplar. Possue tambem um o sr. desembargador Pereira de Sousa; outro, o sr. Cosme José da Cunha Barros. Na Bibliotheca de Braga não ha exemplar algum

d'efta edição, nem de nenhuma das anteriores, o que nos parece affaz fingular, fabendo-fe que nefta bibliotheca foram recolhidos os livros de quafi todas as livrarias dos conventos do Minho, em algumas das quaes deveriam exiftir exemplares das *Ordenações*.

Num exemplar que poffuimos, falto de rofto, encontra-fe a feguinte nota manufcripta:

«Cuftoume efta ordenaffam fete mil e dozentos em a ci-
«dade do Porto hoje .8. de Feur.º de 1698.—o L.do Fran.co
«Correa P.to.»

É para notar-fe que quando o exemplar pertenceo áquelle licenciado, já carecia de rofto, porque na 1.ª folha da *Tauoada* do livro primeiro eftá tambem a rúbrica do antigo poffuidor «Pinto». Aquella quantia, correfpondente hoje a 9$000 reis, dada por um exemplar, falho de rofto, valor que hoje aliás não tem, leva-nos a crêr que naquella epocha raros exemplares appareciam no mercado, acantonados talvez nas livrarias monacaes, ou por mãos de curiofos.

XV

MANOEL JOÃO

Julgâmos que efte impreffor foi portuguez, fendo a edição das *Ordenações* de 1565 a primeira obra que d'elle conhecemos. Imprimio em Lisboa até 1566, paffando-fe depois a Vifeu, onde eftabeleceo prelos, provavelmente por convite do bifpo d'aquella diocefe D. Jorge de Ataide.

Antonio Ribeiro dos Santos, no vol. VIII das *Mem. da*

Litt., pag. 110, diz que Manoel João eſtabelecêra prelos em Viſeu em 1565. Não nos parece acertada a affirmativa, porque Manoel João ainda em 1566 imprimio em Lisboa as ſeguintes obras:

—«Primeira parte das Chronicas da ordẽ dos frades Menores do Serafico padre S. Franciſco.

—«Oração em Santa Maria da Graça de Lisboa, a 19 dias de maio de 1566, na traſladação dos oſſos de Affonſo de Albuquerque.

—«Artigos das ſizas.»

Notaremos a propoſito que eſta edição dos *Artigos das ſizas* de 1566 é geralmente deſconhecida dos noſſos bibliographos. Poſſuio d'ella um exemplar lord Stuart, e é o n.º 2944 do reſpectivo catalogo. Em caſa do ſr. Franciſco Antonio Fernandes, do Porto, vi tambem um exemplar d'eſta edição, e poſſue outro o ſr. dr. Vieira Pinto.

A primeira obra que nos conſta eſte impreſſor deu ao prelo em Viſeu foi o *Compendio e ſvmario de confeſſores tirado de toda a ſubſtancia do Manual* (53), de frei Maſſeu de Elvas, 1569; e no anno ſeguinte a *Regulæ Cancellariæ Sanctiſſimi Domini noſtri Pii divina Providentia Papæ quinti.*

Manoel João voltou depois para Lisboa, em 1576 provavelmente, anno em que já neſſa cidade publicava os—«*Dieſiſiete Coloquios y diſcurſos de varios acertos,*»—de Baltazar Collazos. Do anno de 1578 em diante não temos notícia d'elle.

(53) Ha outra edição do *Compendio* feita em Coimbra, tambem em 1569, por Antonio de Maris: a edição a que nos referimos, e temos preſente, diz no roſto:—«Foi impreſſo em a cidade de Viſeu per Manoel Ioam impreſſor do Senhor Biſpo. Agora nouamente emendado. Anno de M. D. LXIX.» No verſo do roſto encontra-ſe uma paſtoral do biſpo de Viſeu D. Jorge de Ataide, datada de 26 de maio de 1569, recommendando ao clero da ſua dioceſe que tenha o *Compendio* «o qual neſta Cidade de Viſeu mandamos imprimir.» A edição, áparte as folhas preliminares, é identica á de Maris; e reproduz-ſe nella o alvará de privilegio concedido a eſte impreſſor-livreiro.

As edições que d'efte impreffor conhecemos fão todas ordinarias; o typo é cançado, a tinta pouco luftrofa, a impreffão irregular.

É facto que a imprenfa decahira do feu explendor, devido iffo talvez ás cenfuras e repreffão por parte da fancta Inquifição, e ao *Index librorvm prohibitorvm*, de 1564, que veio mais impecer a liberdade de penfamento revelado por intermedio dos typos; e fe contemporaneas da de Manoel João houve ainda as imprenfas muito regulares de João da Barreira & João Alvares; e appareceram as edições, muito nitidas, de Francifco Correa, é que eftes impreffores já exerciam em Portugal a fua induftria muito antes de 1564. O que é certo, porém, é que os trabalhos typographicos de Manoel João teftefic am já um periodo da decadencia da arte typographica em Portugal.

XVI

CONCLUSÃO

Do que temos expofto, conclue-fe que, durante o XVI feculo, houve das *Ordenações do Reino* as edições feguintes:

1.ª compilação:

1512 }
1513 } Livros 1.º e 2.º, impreffos em Lisboa por Valentim Fernandes.

1514 — Livros 3.º, 4.º, 5.º — 1.º e 2.º, impreffos em Lisboa por João Pedro Buonhomini de Cremona.

As edições d'efta primeira compilação foram prohibidas em 15 de março de 1521.

1521 — 1.ª edição da ſegunda compilação, impreſſa por Jacob Cronberguer. — Livros 1.º e 4.º em Evora; 2.º, 3.º e 5.º em Lisboa.

1526 — Não ſe fez edição alguma neſte anno.

1533 — 2.ª edição — Lisboa, por Germão Galharde.

1539 — 3.ª edição — Sevilha, por João Cronberguer.

1565 — 4.ª edição — Lisboa, por Manoel João.

A edição feita por Galharde não traz a data expreſſa, mas pelas raſões adduzidas (pag. 73-74) foi, com toda a probabilidade, feita em 1533.

Aproveitâmos a occaſião para declarar que fizemos as tranſcripções com exemplares á viſta, á excepção do da edição de Valentim Fernandes; e que conſervámos a meſma orthographia das edições originaes, fazendo as reproducções linha a linha.

FIM.

INDEX

		PAG.
I	Introducção	1
II	Origens	13
III	Edição de 1512-1513	20
IV	Valentim Fernandes	25
V	Edição de 1514	32
VI	Bonhomini	45
VII	Edição de 1521	50
VIII	Jacob Cronberguer	57
IX	Edição apocripha de 1526	63
X	Edição de 1533	66
XI	Germão Galharde	76
XII	Edição de 1539	87
XIII	João Cronberguer	92
XIV	Edição de 1565	94
XV	Manoel João	101
XVI	Conclusão	103

ERRATAS

—

PAG.	LINHAS	LÊ-SE	DEVE LÊR-SE
4	21	meſmo anno de 1514	meſmo anno de 1534
5	8	rebuſteceu	robuſteceo
25	8	*Navegator*	*Navigator*
29	26	infante D. Jorge	ſenhor D. Jorge
45	7	dilações	delações
58	20	de 1473 à 1590	de 1473 à 1490
61	28	Talvez e dobra	Talvez a dobra
73	2	do que a da	do que o da
81	33	*Liuro da regra e perfey-çam da conuerçam*	*Liuro da regra e perfey-çam da conuerſaçam*

Acabou-ſe de imprimir no Porto, na Imprensa portugueza,
aos xxix dias do mez de Janeiro
de mdccclxxiii.